



THAIS SILVA OLIVEIRA

**DESAFIOS E RESISTÊNCIAS DE MULHERES NA PRÁTICA DE
LUTAS/ARTES MARCIAIS: UMA QUESTÃO DE GÊNERO**

LAVRAS – MG

2022

THAIS SILVA OLIVEIRA

**DESAFIOS E RESISTÊNCIAS DE MULHERES NA PRÁTICA DE LUTAS/ARTES
MARCIAIS: UMA QUESTÃO DE GÊNERO**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Educação Física, para a obtenção do título de Licenciado.

DR. FÁBIO PINTO GONÇALVES DOS REIS

Orientador

LAVRAS – MG

2022

THAIS SILVA OLIVEIRA

**DESAFIOS E RESISTÊNCIAS DE MULHERES NA PRÁTICA DE LUTAS/ARTES
MARCIAIS: UMA QUESTÃO DE GÊNERO**

**CHALLENGES AND RESISTANCE OF WOMEN IN THE PRACTICE OF FIGHTS /
MARTIAL ARTS: A ISSUE OF GENDER**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Graduação em Educação Física, para a obtenção do título de Licenciado.

Aprovado em 27 de outubro de 2022.

Alysson dos Anjos Silva

Dr. Fábio Pinto Gonçalves dos Reis UFLA

Prof. Dr. Fábio Pinto Gonçalves dos Reis

Orientador

LAVRAS – MG

2022

À memória de minha mãe, Jaciara da Silva Oliveira, falecida em outubro de 2019, meu motivo para estar aqui, minha inspiração e força de todos os dias.

Dedico

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me iluminado durante essa trajetória e por ter me dado forças para vencer os dias difíceis.

A minha mãe, Jaciara da Silva Oliveira, *in memoriam*, por sempre me apoiar, por ser meu exemplo de mulher guerreira e por nunca ter medido esforços para com que eu chegasse até aqui

Ao meu pai Daniel por sempre estar presente e pelos ensinamentos do dia a dia, que as vezes eu não percebia na hora mas que hoje vejo que me fez uma pessoa melhor.

A minha irmã Daniara pela companhia, ajuda nas horas difíceis e por me ouvir inúmeras vezes repetindo as mesmas coisas.

A minha tia Rosiane por sempre me ajudar em tudo e por ser um exemplo de mulher batalhadora.

A memória de minha avó Cida e meu avô Nilton, pelo amor, pelos momentos incríveis e por sempre me incentivar nos estudos

A toda minha família, avôs, tios, tias, primos e primas, pelas palavras de incentivo, pela ajuda, pelo carinho e amor.

Aos meus amigos que desde a infância estão comigo e os que eu tive o prazer de conhecer assim que eu adentrei a universidade, pelas conversas construtivas, pela ajuda nos momentos de tensões e pela amizade sem igual, sem vocês o caminho seria bem mais árduo.

Ao meu orientador Fábio, pelo exemplo de professor, pela didática fenomenal e pela dedicação, paciência e prontidão a todo momento, sem você esse trabalho não seria possível.

A todos os meus professores e professoras que de alguma forma contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui

A todos que fazem parte da minha vida, meu muito obrigada por todos os ensinamentos e por todo o apoio, sem vocês eu não teria conseguido concluir mais essa etapa, gratidão por tudo.

RESUMO

O presente estudo visa abordar a princípio como ocorreu a inserção das mulheres nas modalidades esportivas, dando ênfase nas lutas/artes marciais partindo do pressuposto que desde a antiguidade existe um preconceito referente a elas, onde os cidadãos enxergam a mulher como inferior aos homens além de impor por meio de julgamentos qual a posição social perante a sociedade, onde ela se coloca apenas na posição de mãe e do lar, não podendo praticar modalidades esportivas que fugissem das características femininas. Somente com o passar dos anos e com muita luta que esse lugar ao “universo masculino” foi aceito, mas ainda sim visto com preconceito, fazendo com que as mulheres mesmo já praticando tal modalidade tivessem que lutar tanto dentro do local de luta quanto fora, para vencer obstáculos e preconceitos. Dessa forma foi realizado uma entrevista tendo como base a entrevista semiestruturada que contou com a participação de 5 mulheres praticantes de diferentes modalidades de lutas, tendo perguntas com o objetivo de descobrir os principais desafios e obstáculos enfrentados por elas no âmbito das artes marciais.

Palavras-chave: Gênero. Artes Marciais. Lutas. Mulheres. Preconceito.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 1 |
| 2. METODOLOGIA | 4 |
| 3. REFERENCIAL TEÓRICO | 8 |
| 3.1 A origem das lutas/artes marciais | 8 |
| 3.2 Uma luta pela igualdade de lutar | 14 |
| 4. GÊNERO E EDUCAÇÃO | 21 |
| 4.1 Gênero e Educação Física Escolar | 27 |
| 5. PRINCIPAIS OBSTÁCULOS IDENTIFICADOS PELAS MULHERES NA PRÁTICA DE LUTAS/ARTES MARCIAIS | 32 |
| 5.1 Situações vivenciadas por mulheres como praticante de lutas/artes marciais | 37 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 43 |
| REFERÊNCIAS..... | 46 |

1. INTRODUÇÃO

Ao parar para refletir sobre minhas experiências até os dias atuais é impossível não passar um filme em minha mente. Logo, a criança que existe em mim, me invade nesse momento para relembrar tal trajetória. Sempre na rua brincando com alguns primos, era essa a minha rotina, brincadeiras como: doninho da rua, “quina”, três cortes, pique pega, pique esconde e a famosa lutinha era corriqueira nas nossas tardes. Por não ter muitas meninas na minha família da minha idade e que morava próximo, eu estava constantemente rodeada por meninos nas demais brincadeiras e repetidamente escutava do meu pai “menina não fica brincando com menino” sei que tinha uma certa preocupação por trás com que eu me machucasse, mas eu não ligava para essas falas, entrava em um ouvido e saía no outro e continuava a brincar.

Sempre morei próximo a UFLA (Universidade Federal de Lavras), brinco que a universidade é o meu quintal, dessa forma a mesma por várias vezes foi cenário da minha infância, sendo que sempre que tinha algum projeto de extensão as informações chegavam com facilidade até mim, até que um certo dia fiquei sabendo que estava tendo um projeto de lutas que era aberto a comunidade, como sempre gostei de novidades e esportes, meus olhos já brilhavam com a possibilidade de praticar a modalidade que na época era o Judô. De imediato conversei com meus pais sobre, minha mãe por ter praticado karatê na infância apoiou a ideia, já meu pai ficou com um pouco de receio mas consegui convence-lo e lembro que comentei que meu primo iria também com a intenção dele ficar um pouco mais tranquilo com a decisão. Cheguei no primeiro dia de treino e me deparei com várias crianças, algumas eu já conhecia, mas o que me chamou atenção logo de início foi que eu era a única menina e foi assim por algum tempo. Naquela época eu não me sentia incomodada com essa variável. Ocorreu um episódio que é nítido para mim como se tivesse acontecido ontem, no judô temos um momento de handori, que é quando lutamos um contra o outro e o meu adversário estava feliz pelo professor ter me escolhido para lutar, pois ao ponto de vista dele por eu ser menina seria mais fácil de ganhar, mas não foi o que aconteceu, eu ganhei e dali em diante quando acontecia de sermos escolhidos ele não gostava.

Com o passar dos anos fui conciliando os estudos e o treinos e logo me vi no último ano do ensino médio, já sabia que queria dar continuação aos estudos, porém estava prestes a tomar uma decisão que é significativa para a maioria dos estudantes, qual curso fazer? Nesse instante a dúvida e a insegurança fazia parte de mim, no entanto revendo todas as coisas que eu gostava e pela paixão

pelos esportes me vi decidida a cursar Educação Física (Licenciatura). No início tive que deixar a rotina de treinos um pouco de lado já que a responsabilidade com os estudos aumentou e consumia boa parte do meu tempo.

Imersa no curso tive algumas experiências ao adentrar no PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) e logo em seguida no Residência Pedagógica. O primeiro programa, permite o contato com o universo escolar logo no início do curso em quanto o outro imerge o licenciando na segunda metade do curso. Ambos os programas foram e estão sendo de grande valia, por permitir o contato diretamente com as aulas e com o planejamento, pude perceber que nas aulas de educação física escolar existia uma certa resistência por parte das meninas de praticar algumas atividades, assim como tinha também um incomodo por parte dos meninos quando as meninas participavam da mesma. Algumas reuniões dos referidos programas, trataram dessa temática em que foram baseadas nesse questionamento, em que já se tem um posicionamento dos alunos quanto a quem pode participar, de ter uma visão por exemplo, de vôlei ser para a menina e futebol para menino, me recorde de um relato de uma colega que ao falar que uma aluna iria participar de uma atividade de futebol o aluno disse, “mas ela é menina, vai atrapalhar”, o que me remeteu ao episódio da minha infância.

Dessa forma, aquela variável que no início não era um incomodo para mim, começou a me instigar e foi baseado nessas experiências que cheguei ao tema questões de gênero nas lutas/artes marciais, partindo do pressuposto que a nossa sociedade tem enraizado alguns paradigmas em relação a construção sociocultural, que impõe desde cedo quais brinquedos as crianças devem brincar ou ganhar, menino brinca de carrinho e menina de boneca, menino trabalha e menina é “*dona de casa*”. Podemos dizer que esse pré-conceito existe a muito tempo, visto que antigamente as mulheres não podiam fazer determinadas atividades pois deixariam de ser delicada, já que se tinha uma imagem da mulher mãe, reprodutora, cuidadora da família, no entanto o homem já era relacionado com habilidades como força, velocidade e agressividade (OLIVEIRA *et al.*, 2018).

Com o decorrer dos anos as práticas corporais que é permitido para as mulheres aumentaram, assim sendo elas conseguiriam permear lugares que até então era permitido somente para homens, como por exemplo as lutas/artes marciais, elas tiveram uma inserção tardia nessas modalidades devido a proibições, segundo Oliveira (*et al.*,2018) os ciclos do governo da época ditatorial incluindo o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura civil militar (1964-1985), foram os tempos mais rigorosos que impuseram controle das práticas corporais adequadas ao corpo das

mulheres, de tal modo que isso ainda reflete nos dias atuais. Em virtude desses acontecimentos, mesmo elas se encontrando no mesmo local ou modalidade que eles ainda ocorrem um pensamento que está enraizado socioculturalmente que devidas práticas não são apropriadas, sendo assim alguns questionamentos são pertinentes como: as mulheres se sentem na mesma condição de igualdade, direito e reconhecimento em relação aos homens? Mesmo com uma “aceitação” vinda da sociedade ainda existe barreiras e lutas a serem enfrentadas? Na literatura existente possui alguns trabalhos com essa temática, no entanto não há uma exploração efetiva de todas as vertentes do impasse, logo esse estudo constitui em um novo olhar para a questão.

Sendo assim, o objetivo geral dessa pesquisa é refletir sobre a desigualdade de gênero no interior das práticas corporais de lutas e quanto aos objetivos específicos identificar quais obstáculos as mulheres enfrentam no ambiente das lutas/artes marciais, apresentar e identificar quais são os fatos recorrentes que as mulheres cotidianamente enfrentam ao adentrar no “universo masculino”.

2. METODOLOGIA

A pesquisa por si só tem como finalidade promover uma possibilidade mútua de se compreender a realidade a ser investigada (SILVEIRA; CORDOVA, 2009). Tendo por objetivo buscar responder determinados questionamentos ou buscar possíveis soluções para algum problema, de acordo com Gil (1999, p.42), a pesquisa tem um cunho prático onde é visto como um “[...] processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. Assim sendo essa pesquisa busca refletir sobre os problemas envolta das questões de gênero nas lutas/artes marciais afim de encontrar respostas pelos métodos realizados.

Dessa forma, a referida pesquisa é de natureza aplicada, ancorado no pesquisador Sadiq (2007, *apud* ZUCATTO *et al.*, 2020, p.08) “a pesquisa aplicada é motivada pela busca de soluções para problemas existentes, ao invés de buscar ampliar o conhecimento sem ter em mente algo concreto”, ou seja, é algo prático, que busca soluções aplicáveis.

Dando continuidade o presente estudo é de cunho exploratório e de abordagem qualitativa, a pesquisa do tipo exploratória é o que mais se encaixa na mesma pois se usa principalmente de observações e entrevistas (SELLTIZ *et al* 1987), tendo em vista que será abordado a entrevista semiestruturada para saber mais profundamente sobre quais as barreiras as mulheres praticantes de alguma modalidade de luta/arte marcial encontraram e enfrentaram, acrescentando que essas formas de pesquisar corroboram para explorar mais profundamente tal problema. Já a abordagem qualitativa é uma abordagem que pode seguir diversos caminhos visto que ela não se apresenta rigidamente estruturada, de acordo com Malhotra (2019, p. 33) “ a pesquisa qualitativa caracteriza-se por ser não estruturada, de natureza exploratória e baseada em pequenas amostras, podendo utilizar técnicas qualitativas conhecidas [...]” de tal modo a pesquisa contou com a participação de uma pequena amostra de mulheres com um tempo estipulado de prática de determinadas modalidades, justificando a escolha da abordagem qualitativa, Godoy acresce a abordagem que “ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques” (1995, p. 23), assim sendo o pesquisador pode traçar uma linha para se debruçar mas pode explorar outras vertentes caso seja necessário. De acordo com Neves (1996, p.01) nas pesquisas qualitativas é comum que o pesquisador procure entender os fenômenos,

segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir, daí situe sua interpretação. De tal modo as reflexões, observações, impressões e sentimentos dos pesquisadores tornam-se dados, constituindo parte da interpretação (FLICK, 2004 *apud* GASGUE, 2007) formando assim um conjunto que compõe a pesquisa.

Sendo assim, a parte procedimental destina-se a uma pesquisa de campo, segundo Gonsalves (2001, p. 67):

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

Afirmando a fala de Gonsalves, o contato do pesquisador com os sujeitos da investigação é essencial, nessa fase se estabelecem relações de intersubjetividade, das quais resulta o confronto da realidade concreta com os pressupostos teóricos da pesquisa (LIMA *et al*, 1996). Dado que nesse trabalho o contato direto com as participantes e conseqüentemente com a história delas é de extrema importância pois a interpretação do pesquisador diante das possíveis expressões também são levados em consideração, logo a diligência conta com participantes mulheres praticantes de alguma luta/arte marcial, sendo o critério de exclusão mulheres com o tempo de prática inferior a 2 anos.

Pensando nesse delineamento procedimental, o instrumento para a coleta de dados utilizou-se de uma entrevista semiestruturada, a entrevista seguindo o raciocínio de Haguette (1995) e ancorado no pesquisador Lima (1996) é um processo de interação social, no qual o entrevistador tem a finalidade de obter informações do entrevistado, através de uma problemática central. Já a entrevista semiestruturada é um segmento da mesma, que dá ao pesquisador e ao entrevistado uma certa liberdade de discorrer os fatos, justificando a escolha de acordo com Lima (*et al*, 1996, p.133) “optou-se pela entrevista semiestruturada na qual o informante tem a possibilidade de discorrer sobre suas experiências, a partir do foco principal proposto pelo pesquisador; ao mesmo tempo que permite respostas livres e espontâneas do informante, valoriza a atuação do entrevistador” (LIMA *et al* 1996, p.133).

De tal modo, foi realizado a entrevista com cinco mulheres praticantes de alguma luta/arte marcial que no atual momento estava na cidade de Lavras, as entrevistas foram realizadas

pessoalmente o que permitiu uma certa liberdade durante as respostas, como foi dito anteriormente usamos a entrevista semiestruturada contendo 6 perguntas sendo elas:

| |
|---|
| Quais os motivos que a levaram escolher praticar uma luta/arte marcial? |
| Quais são seus objetivos com a prática de lutas/artes marciais? |
| Quanto tempo você pratica? Quais os principais desafios e obstáculos identificados por você, no que se refere a uma modalidade considerada quase que exclusiva para homens? |
| Descreva algumas situações que teve de enfrentar no interior das lutas/artes marciais pelo fato de ser mulher. |
| Descreva algumas situações que teve de enfrentar como praticante de lutas/artes marciais no seu círculo social mais amplo (família, trabalho, escola, lazer) pelo fato de ser mulher. |
| Quais os caminhos, sugestões e ações você considera importante para mitigar (diminuir) os preconceitos em relação à mulher praticante de lutas/artes marciais? |

Fonte: Própria autora

Logo as três primeiras perguntas vão descrever sobre a caracterização das mulheres e serão expostas em forma de tabela com as falas das próprias integrantes ao final da metodologia e as demais perguntas foram analisadas usando-se da análise temática, a pesquisadora Silva (*et al*, 2020, p.114) destaca em um dos seus trabalhos, citando dois autores, Braun e Clarke (2006) onde eles “apresentam a Análise Temática como uma técnica de análise qualitativa caracterizada pela flexibilidade por ser essencialmente independente de uma teoria ou epistemologia específica e que pode ser aplicada com uma variedade de abordagens teóricas e epistemológicas” por conter essa flexibilidade e por permitir que seja aplicada a amostra de dados variados (SILVA, 2020) sendo assim ao observar as narrativas, mapeamos os termos recorrentes e distribuimos em capítulos afim de assim conseguir desenvolver a pesquisa e encontrar possíveis soluções, adentramos também na literatura para que fosse possível nos debruçarmos sobre o que foi encontrado na análise.

Tabela- Caracterização dos sujeitos

| Nomes | Motivos | Objetivos | Tempo de prática |
|----------------|--|---|-------------------|
| Participante 1 | Na rua onde eu morava sempre tinha alguém fazendo roda de capoeira e eu ficava assistindo e fiquei curiosa para saber mais e comecei a praticar e acabei gostando e pratico até hoje | Sempre aprender mais para poder ser mestre um dia | 12 anos/Capoeira |
| Participante 2 | Eu participava de um projeto quando eu era criança que chamava PET e dentro desse projeto eles ofertavam uma oficina de capoeira e foi lá que eu conheci a capoeira e tive vontade de saber mais e devido a isso eu realmente comecei a treinar | Conseguir com que mais pessoas conheçam a capoeira, trazer mais mulheres para essa prática e tirar as crianças das ruas | 8 anos/Capoeira |
| participante 3 | Eu comecei por incentivo do meu pai que queria que eu praticasse alguma arte marcial como autodefesa, para eu poder me defender dos meninos caso precisasse | No inicio meu objetivo era somente a autodefesa e hobby, com o passar do tempo entrei para turma de competição e o objetivo passou a ser virar atleta | 12 anos/Taekwondo |
| participante 4 | Incentivo do meu irmão, ele sempre fez capoeira e um dia eu fui buscar ele no treino e eles me convidaram para treinar e acabou que estou aí até hoje | Evoluir a cada dia mais e chegar até a última graduação | 7 anos/Capoeira |
| Participante 5 | Minha irmã fazia antes de mim, minha irmã é mais velha ai minha mãe me colocou também, mas eu não gostava só passei a gostar depois mas eu era uma criança muito imperativa e minha mãe tava procurando algo que me acalmasse um pouco e a luta é indicada pra isso ai ela me colocou, mas eu voltei pro judô porque eu amo competir | No início meu objetivo era ser atleta de alto rendimento, mas hoje meu objetivo é me sentir bem fazendo o que eu gosto, que no caso é o judô | 20 anos/Judô |

Fonte: Própria autora

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A origem das lutas/artes marciais

Para dar início ao arcabouço desse trabalho, cujo título engloba questões de gênero e as práticas corporais referentes as lutas/artes marciais, iremos começar com a história baseado na origem das lutas e como ocorreu a inserção das mulheres nesse meio que até então era permeado somente por homens, esse tópico será a base para compreendermos melhor os tópicos subsequentes.

Adentrando no universo das lutas/artes marciais podemos dizer que os primeiros indícios dessa manifestação corporal de forma mais caracterizada e organizada aconteceu na Índia e na China (MAZONNI, 2011) no entanto, é inextricável estipular uma data fixa visto que esse instinto de lutar está com os seres humanos desde a pré-história, lutavam para sobreviver, para se alimentar e conquistar territórios. Segundo Correia e Franchini (2010) a palavra “luta” traz um significado polissêmico visto que, a palavra é usada em diversos contextos, seja lutas de classe, pelos direitos da mulher, por igualdade, pelo direito a vida, por exemplo.

No entanto, a palavra “luta” no dicionário se remete a um esporte em que dois adversários sem a posse de armas se enfrentam corpo a corpo, mas lembrando que não são todas as lutas que são um esporte. Essa prática corporal também pode ser chamada de artes marciais, segundo o estudioso Rufino (2010) as artes marciais possuem esse nome devido a Marte, considerado o deus da guerra na mitologia romana e essas práticas eram demonstradas em guerras, rituais e eventos competitivos. Com o passar dos anos tanto as artes marciais como as lutas foram se adaptando e ficando cada vez mais complexas, de acordo com Rufino (2009), seguindo as correntes pedagógicas de Darido (2010, p. 35) “não há um consenso na área da Educação Física sobre qual a nomenclatura [lutas, artes marciais ou modalidades esportivas de combate] é a mais correta ou “ideal” para ser usada e provavelmente ela nem exista” dependendo assim da interpretação e concepção de cada um sobre os devidos termos.

Logo, baseado no fato de que o homem “luta” desde a pré-história vamos contextualizar. De acordo com Ramos (1982) “o homem pré-histórico, no primórdio do seu primitivismo, tinha sua vida cotidiana assinalada, sobretudo, por duas grandes preocupações: atacar e defender-se (...) ele era mais músculo do que cérebro” (apud RUFINO, 2010, p. 29) ou seja, o homem primitivo

estava em uma constante luta. Ainda de acordo com o pesquisador Ramos (1982) os homens usavam suas mãos, punhos e machados para golpear ou executar alguns trabalhos, eles usavam pedras e paus para arremessar em alvos na maior parte das vezes móveis, seja para se defender ou conseguir sobreviver e se alimentar, lutava bravamente corpo a corpo, usando a inteligência que ainda era pouca desenvolvida para se sobressair e vencer os adversários.

Dessa forma, as atividades desenvolvidas pelos homens tinham relação direta com a sobrevivência, sendo assim Ramos (1982) usa o termo “práticas utilitárias” para salientar as atividades que era desenvolvidas e traz que os homens daquele período colocavam em prática, “...uma série de práticas utilitárias que, observadas e imitadas, possibilitaram-lhe, vivendo em um ambiente hostil, melhor apurar seus sentidos, forças e habilidades” de acordo com Ramos (1982) e Rufino (2010, p. 31), reforçando assim o uso da terminologia. Essas práticas elas não tinham uma sistematização, era baseado na imitação e na tentativa, desse modo os indivíduos tinham que aprender com os erros e ir se aperfeiçoando (RAMOS, 1982). Segundo Rufino (2010), os homens da pré-história tinham como prática atividades que ajudavam eles a se manterem vivos, atividades de sobrevivências, de modo que as lutas originaram um pouco mais adiante. No entanto, o mais próximo que se pode chegar da origem das lutas é relacionado as atividades do homem da pré-história (RUFINO, 2010).

No ciclo final da pré-história acontece uma evolução, conforme Ramos (1982) a vida fica um pouco mais fácil, visto que os homens não tinham que lutar tanto quanto antes pela sobrevivência ou por comida pois eles se residiam em pequenos grupos urbanos, onde eles realizavam escambo, a troca de produtos que os interessava, possuíam propriedades próprias deixando de serem nômades, tendo de onde tirar o sustento deles pois atividades agrárias e criação de animais passou a fazer parte de seu cotidiano. Diante dessa evolução as atividades de sobrevivência foram exclusas aos poucos sendo que os mesmos estudiosos, Ramos e Rufino concluíram que o homem sentiu que era preciso “adestrar” os seus procedentes através de exercícios naturais que seria útil e que construiria características de um guerreiro com o objetivo de tornar os indivíduos mais corajosos, ágeis, resistente e fortes (RAMOS, 1982; RUFINO, 2010, p. 32). Justificando assim o que Ramos (1982) afirma, que somente mais adiante surgem as lutas, pois essas atividades dos homens pré-históricos não são centradas na sistematização e nem em regras, só mais a frente que essas características vão ser construídas e algumas “esportivizadas”.

Logo, os primeiros registros de luta/arte marcial de acordo com pesquisador Moura (2015) baseado em Natali (1981):

Os primeiros registros são datados por volta de cinco mil anos A.C., uma arte marcial denominada Vajramushti, palavra originada do sânscrito que, na tradução literal significa “punho real” ou “punho direto” e provavelmente uma das lutas mais antigas que se tem origem conhecida. De origem indiana, essa arte marcial fazia parte da educação militar da realeza, em especial príncipes envolviam técnicas de combate, meditação e estudos variados, entre os praticantes mais ilustres registros indicam que Buda (Sidarta Gautama), que era príncipe guerreiro teve o aprendizado do Vajramushti (MOURA, 2015, p. 22).

Já Virgílio (1994 apud RUFINO, 2010, p. 33) traz que os primeiros registros de lutas individuais e sem armas é por volta de três a quatro mil anos antes de Cristo, antes disso o que se sabia se perde no tempo. Moura (2015) afirma que o conhecimento se perde no tempo pois os mestres não tinha o costume de passar todo o conhecimento que eles possuíam para os discípulos e não acontecia os registros, visto que os ensinamentos eram passados de forma oral. Mas a partir de três mil anos antes de Cristo, com base em Virgílio (1994) as evidências dos povos que lutavam são mais claras e numerosas, sendo possível dizer que todos os povos da antiguidade praticava alguma forma de luta esportiva ou de guerra, “como é o caso dos hindus, dos chineses e dos povos da Europa, das Américas e da Ásia, por exemplo, no Japão, onde são conhecidas formas de lutar há, pelo menos, dois mil anos antes de Cristo” (RUFINO, 2010 p. 33).

Outras modalidades de lutas também são citadas por outros estudiosos como Duarte (2004,) que é uma professora estudada por Rufino (2010), ela se refere ao boxe como uma luta que é conhecida desde a época de Homero, onde não se usava nem luvas ainda nessa modalidade e era praticada em momentos de festas, o pesquisador Rufino traz outra modalidade que é citada em murais egípcios “a luta [wrestling, ou luta olímpica] é citada em murais egípcios datados de 2.300 a.C.” (DUARTE, 2004 apud RUFINO, 2010, p. 33). Sendo a partir desses registros e dessas manifestações que as lutas/artes marciais começam a ser mais difundidas e praticadas. Rufino (2010) apresenta um ponto importante que remete à luta a um processo de junção de crenças e cultura:

Deve-se ressaltar, no entanto, que o “surgimento” das lutas não foi algo “natural” ou que “nasceu do nada” e sim processo de muitas transformações vividas pelas sociedades. O surgimento dessas manifestações corporais relacionadas às lutas não foi retilíneo e sim provocados por inúmeras mudanças, rupturas e, muitas

vezes, considerando apenas a visão dos povos dominadores sobre os povos dominados (RUFINO, 2010, p. 34).

Assim, é possível perceber que as lutas/arte marcial começa com um propósito voltado para a sobrevivência e com o passar do tempo os objetivos e o propósito vão se modificando, os seres humanos evoluíram e não é diferente quando se trata dessa manifestação corporal, ela vai se adequando de acordo com a necessidade do praticante e também da sociedade pois envolve um processo histórico e cultural. Logo, após várias modificações e sistematizações no âmbito das lutas, foram surgindo as diversas práticas e modalidades que temos nos dias atuais, no entanto o universo das lutas nos seus primórdios era visto como uma prática exclusiva para os homens, sendo que as mulheres eram exclusas desses ambientes e também proibidas de praticarem. Podemos nos recordar de várias ocasiões que as mulheres foram deixadas de lado, ficando exposto que a inserção das mulheres em diversas situações ocorreu somente após a inserção dos homens, até mesmo na educação, como é o caso da Malala Yousafzai, uma menina que foi vítima de um atentado no Paquistão por defender o direito das meninas estudarem, em seu livro a um trecho “nasci menina num lugar onde rifles são disparados em comemoração a um filho, ao passo que as filhas são escondidas atrás de cortinas, sendo seu papel na vida apenas fazer comida e procriar” (YOUSAFZAI, 2013, p. 08).

[...] as mulheres lutaram por direito à educação, ao voto, à independência econômica, igualdade salarial e acesso às profissões e cargos valorizados; por direitos sexuais e reprodutivos; pela partilha do trabalho doméstico; e pela paridade na representação política entre homens e mulheres. Algumas dessas lutas continuam (CARVALHO, 2009, p. 24).

Dessa forma, a relação das mulheres com os esportes também aconteceu de forma tardia em relação aos homens, visto que havia um mesmo pensamento na qual está exposto acima, uma visão progenitora da mulher e um pensamento que elas tinham que manter suas características, como o jeito meigo, delicadeza, graciosidade e elegância. Logo, quando pretendesse praticar algum esporte, tinha que escolher algum que deixasse mais evidente essa feminilidade, a feminilidade hegemônica (GOELLNER, 2003). Sendo que as outras práticas corporais que não se enquadrasse nesse contexto era proibido, como por exemplo as lutas/artes marciais e o futebol que eram práticas que não era permitido a elas, pois poderiam fazer com que elas ficassem “masculinizadas”. A

participação das mulheres no âmbito do esporte foi uma conquista diante a muitas lutas, segundo Oliveira (et al 2008):

Não é só no futebol que a mulher lutou para conquistar seu espaço. Observa-se ao longo da história que a inserção da mulher no esporte tem acontecido de forma irregular, as conquistas foram conseguidas de modalidade em modalidade e sempre com muitas dificuldades (OLIVEIRA et al, 2008, p.118).

Dessa forma, é necessário voltar um pouco no tempo para poder entender como foi esse processo de inserção das mulheres no mundo dos esportes e especificamente nas lutas. Voltamos a era primitiva onde foi descrito um pouco logo nos primeiros parágrafos do referencial, tanto as lutas/marciais como o esporte no geral têm seus registros na antiguidade, “o esporte ao confundir-se com os rituais religiosos e de caça já envolvia a participação da mulher ao ajudar a combater uma presa para o abate” (OLIVEIRA et al, 2008, p.118) podemos observar que essa participação já era voltada para a família, não era uma ação que ela fazia visando prioriza-la , mas sim para ajudar um coletivo, que no caso seria ajudar a matar a presa para servir de comida ou alguma outra possibilidade.

Em 776 d.C. a 393 d.C. iniciaram se os primeiros jogos olímpicos que na época era chamado de Panatéias, era um evento festivo onde acontecia homenagens aos Deuses e era marcado por algumas demonstrações de práticas corporais: jogos e lutas. Esse evento era realizado de quatro em quatro anos, era considerado um dos maiores eventos esportivos da época e as mulheres não podiam participar como espectadora e muito menos como atleta. De acordo com Oliveira (et al 2008, p.118) a justificava era que “as mulheres poderiam ter danos fisiológicos, já que o acesso ao Stadium, local das provas, era muito íngreme”, mas não era uma justificativa plausível, existe outro argumento que as mulheres não podiam participar pelo fato do conjunto de direitos e deveres dos gregos ter relação com a guerra e essa prática era proibida para as mulheres (e é proibida até os dias atuais, as mulheres são impedidas de defender o país na função de combatente de guerra devido a Lei nº 1.187 que entrou em vigência em 1939 e ainda não foi alterada). Diante a proibição das mulheres nos jogos, excluía o direito de quase tudo restando apenas o papel da maternidade, de ser mãe e de cuidar do lar. Existem relatos que na Grécia essa restrição era tão forte que as mulheres casadas que desobedecesse a ordem tinham sanção de morte.

Quando a Grécia foi conquistada pelos Romanos, o imperador Teodósio decidiu proibir as práticas esportivas por pensar que essas práticas eram festas pagãs. Sendo que nessa época as mulheres participavam como um “entretimento” para os convidados, realizando danças ou

acrobacias não tendo nada voltado para o caráter esportivo (OLIVEIRA et al 2008). Já na idade média era permitido que as mulheres participassem das mesmas práticas esportivas que os homens, porém somente aquelas que envolviam jogos populares (que não eram muitos). Contudo alguns acontecimentos proibem de vez a inserção das mulheres em qualquer prática esportiva, no século XX as mulheres casadas são julgadas pelos próprios maridos já as solteiras são julgadas pelo parente homem que mais se tinha contato (OLIVEIRA et al 2008) esse fato que contribui para que as mulheres perdessem o direito de participar das práticas. Somente entre o século XVIII e XIX que as mulheres começaram a participar de algumas práticas corporais em eventos que a maioria dos participantes era masculinos, tais práticas segundo Oliveira (2008) era o arco e flecha, boliche, bilhar, cricket e alguns esportes que podiam ser praticados na neve.

Portanto, quando as mulheres conseguiram participar definitivamente dos Jogos Olímpicos foi um marco histórico, pois elas venceram inúmeros paradigmas, em 1986 os Jogos foi restabelecido na Grécia, no entanto como as coisas para as mulheres era (ainda é) mais difícil, elas tiveram que lutar para conquistar esse espaço e conseguir participar efetivamente das modalidades oferecidas.

Logo na primeira edição dos jogos olímpicos modernos a participação feminina não ocorreu, pois, os elaboradores do evento era a contra a inclusão das mulheres, pois de acordo com Oliveira (2018) os responsáveis achavam que elas vulgarizariam um lugar cheio de honras e triunfo. O autor por restabelecer os jogos foi o Barão de Coubertin, cujo nome é Pierre de Fredy, ele também fundou o Comitê Olímpico Internacional (COI). Barão usava a frase “o importante na vida não é a vitória, mas a luta; o essencial não é conquistar, mas lutar bem”, analisando a frase parece que ele está se referindo a todos de modo geral, todavia ele também usava um discurso que ia contra as atividades esportivas femininas “se alguma mulher quiser jogar futebol ou boxe, que deixem elas, mas que tenham certeza de que o evento ocorrerá sem espectadores, porque o espectador que quiser ir assistir a esta competição, não estará lá para assistir ao esporte” (pág. 189) ou seja para ele as mulheres não “serviam” para o esporte e não podiam se igualar aos homens.

A única participação das mulheres era na celebração, onde ocorria a coroação e elas ficavam responsável por coroar os vencedores. De acordo com alguns autores, Coubertin reconhecia os direitos das mulheres na prática esportiva, no entanto, “escondido” do público masculino, a ideia dele era recriar os jogos com a mesma estrutura Grega de antigamente, com os mesmos princípios, valores e costumes. Colocando a mulher somente na posição de espectadora, a princípio. Em 1900

em Paris devido a desorganização do COI e a falta de regras que não deixou explícito que era proibido a participação das mulheres, as mesmas conseguiram ser inseridas em algumas modalidades que não necessitava de contato físico e eram considerados “esportes belos”, sendo esses esportes o golfe e o tênis (RUBIO; SIMÕES, 1999).

Diante ao exposto, é nítido que as mulheres não tiveram as mesmas oportunidades nos Jogos Olímpicos que os homens, no cenário Brasileiro também podemos concluir essa desigualdade pois, a primeira mulher brasileira a ser convocada, representando o país e a América do Sul nos jogos olímpicos ocorreu somente em 1932, sendo a nadadora Maria Lenk com apenas 17 anos. De acordo com Cardoso (et al 2012) nos jogos podemos identificar a inserção tardia das mulheres no judô e na luta livre, assim como no boxe que prevê a participação olímpica feminina somente em 2012 e luta greco-romano que não tem nem previsão de participação feminina.

A primeira mulher a conquistar uma medalha de ouro nos jogos olímpicos e concomitante nesses esportes de luta foi Sarah Menezes no judô, no ano de 2012 em Londres. Logo, Firmino e Ventura (2007) afirma “as edições de Londres 2012 e Rio de Janeiro 2016 foram determinantes para fortalecer o papel das mulheres dentro do esporte de competição e o empoderamento da mulher atleta” sendo que podemos observar a importância da participação das mulheres em diversas modalidades e perceber que a inserção das mulheres tardia não só nas lutas, mas nos demais campos reflete diretamente na história.

3.2 Uma luta pela igualdade de lutar

Primeiramente uma explicação sobre o título desse capítulo, por que uma luta pela igualdade de lutar? Estou me referindo a luta que várias atletas mulheres enfrentaram e enfrentam para conseguir nas lutas/arte marciais igualdade perante os homens, não somente as atletas, mas as mulheres no geral, sabemos que desde a antiguidade imposições são colocadas, proibições das mulheres nas práticas corporais e julgamentos tendenciosos.

Diante das inúmeras lutas que se enfrentaram, as mulheres conseguiram ser inseridas nas artes marciais, Ferraz e Almeida (2012, p. 2) propõe um questionamento “As mulheres mesmo sendo inseridas nos esportes, realmente têm conseguindo quebrar o tabu de sexo frágil, ou de do lar, ou a ideia continua sendo a mesma?”. É difícil responder esse questionamento visto que essas prerrogativas são uma construção sócio cultural e os indivíduos carregam consigo como se tivesse enraizadas neles, logo é preciso compreender alguns termos como: sexualidade e gênero, para

poder ter a possibilidade de formular uma resposta ou ao menos entender porque esses questionamentos ainda são pertinentes.

De acordo com Louro (2000, p. 5) “a sexualidade seria algo ‘dado’ pela natureza, inerente ao ser humano” no entanto, podemos dizer que a sexualidade é influenciada pelo decorrer da vida podendo ser definida ou redefinida de acordo com a religião, cultura, política, entre outros fatores que rodeiam a vida de determinada pessoa. Sendo que a mesma autora ainda afirma que a sexualidade “ela é uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem ‘verdades’” (p. 06). Dessa forma a sexualidade depende do contexto histórico, do símbolo e da cultura. Cabe a percepção também do corpo que é a partir do entendimento de “corpo” que se define tais conceitos, é a partir do corpo que se dá as identidades, não só de gênero como também de etnias, raças, dentre outros.

Logo a terminologia “gênero” de acordo com Scott (1995) era mais usado pelas feministas americanas que usava a expressão com a ideia de diferenciar os sexos baseado nas questões sociais, alguns estudiosos trazem que essa terminologia era usada para substituir o termo mulher, visto que “gênero” era um termo mais neutro e ocultava assim as lutas das mulheres, fazendo com que não pareça uma ameaça (SCOTT, 1995). Essa é só uma das definições de gênero, com o passar do tempo foram surgindo outras interpretações e definições, mas sempre era relacionado aos movimentos feministas, que tinha por objetivo conseguir os direitos que eram oferecidos aos homens, ou seja era uma busca pela equidade (LOURO,2000).

Esse movimento feminista abordou três fases, no qual era chamado de “ondas”, porém muitas feministas foram contra essa expressão visto que “onda” é algo passageiro, “efêmero”, no entanto, a primeira fase recebeu o nome de movimento sufragista e aconteceu em meados do século XIX e XX, foi pautado na luta pelo direito de voto das mulheres (COLLING, 2018). Alguns estudiosos apontam que nessa primeira fase, as sufragistas não tinham somente como objetivo conseguir direito ao voto, mas também o direito ao ensino superior e vão além apontando que esse movimento a princípio era composto por mulheres brancas, gerando um aborrecimento nas mulheres que não se considerava brancas ou que não era branca, surgindo assim o *feminismo negro* como se refere Louro (2014).

Já a segunda fase cujo nome era “*segunda onda*” foi marcada pelas teorias feministas, que teve início no final da década de 1960, sendo uma das “teóricas” com mais destaques uma mulher

francesa “Simone de Beauvoir, com a clássica obra O segundo sexo, publicado inicialmente em 1949, mas que ganha, após os emblemáticos anos 60, uma grande repercussão” (COLLING, 2018, p.9). Outras mulheres também ganharam destaque e ajudou nas causas que na segunda onda estava voltado também para a questão dos direitos reprodutivos das mulheres que conseqüentemente envolvia os direitos sexuais. De acordo com Andrade (2021, p.63) “nesse momento, os estudos feministas buscaram questionar os abismos de acesso aos direitos básicos entre homens e mulheres, argumentos esses que eram amparados nas características biológicas” ou seja, era amparado pela a ideia de sexualidade que era visto como algo “dado” e não como algo construído, dessa forma elas buscavam quebrar essa desigualdade biológica.

A terceira onda acontece também nos anos 80, nessa fase foi um período que visou acentuar alguns pontos importantes como os movimentos e os pensamentos sociais com o objetivo de fazer uma radicalização as críticas que havia sobre as categorias de identidade sendo elas principalmente sexo-gênero raça- etnia e classe social (COLLING; TEDESHI, 2019). Assim sendo as três ondas de diversas lutas, cada uma com um propósito em prol das mulheres, ao final dá década de 1960 a criticidade ao termo gênero começou a ter uma maior incidência.

De acordo com Butler (2014) gênero pode ser contemplado da diversa maneira:

Gênero não é exatamente o que alguém “é” nem é precisamente o que alguém “tem”. Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume. (BUTLER, 2014, p. 42)

Já Scott (1988) na sua perspectiva se remete ao gênero “...como um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (p.86) e acrescenta também um segundo ponto que enxerga o gênero como algo essencial para dar significado as relações de poder. Ainda de acordo com a autora ela traz uma exposição histórica das relações políticas com base nos homens e nas mulheres e como o gênero interfere nesse poder. Assim, Sartori (2004) baseado nas obras de Scott (1998) conclui que “a condição biológica do corpo teria sido referencial primário que, historicamente, evocaria a distribuição de poderes diferenciados entre homens e mulheres” (p.05). Dando continuidade à linha de pensamento das autoras, esses poderes estão em primeira instancia ligada a família já que é o primeiro contato que o indivíduo tem desde o nascimento.

A família é a primeira e uma das principais instituições que aprendem a pensar e agir de acordo com determinadas regras sociais, tendo gênero caracterizado como dual, oposto e desigual entre os sexos, reproduzindo na sociedade as relações de poder e inúmeros comportamentos categorizados como feminino e masculino. A ruptura dessas concepções é dificultada pela legitimação e valorização de tais diversidades- que abrangem relações entre pai-filho, mãe-filho e irmãos vistos a partir de significados “sexualizados” (SARTORI, 2004, p. 5)

Assim, a família é responsável pela formulação da cultura e dos pensamentos dos indivíduos, é a partir daí que tais comportamentos vão se “disseminando” para a sociedade, citando agora uma referência na área Simone de Beauvoir (1967):

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (p. 9)

No entanto, no esporte julgamentos e proibições ditava onde era o lugar permitido para as mulheres, sendo que preceitos ainda rodeiam o termo gênero quando é contemplado no esporte e na Educação física, visto que acontece uma confusão entre a vertente biológica e a questão da diferença de gênero, o que corrobora para uma generalização do que é feminino e masculino, trazendo essa confusão para a atividade física e os esportes e aumentando assim a desigualdade de gênero, pois dá-se a ideia de que o homem tem que praticar tal modalidade que envolve força e a mulher tem que praticar aquela que mantém sua feminilidade, fazendo com que os indivíduos sejam atingidos por uma relação de poder. Butler (2014) traz a ideia de que:

Um discurso restritivo sobre gênero que insista no binarismo homem e mulher como a maneira exclusiva de entender o campo do gênero atua no sentido de efetuar uma operação reguladora de poder que naturaliza a instância hegemônica e exclui a possibilidade de pensar sua disrupção. (BUTLER, 2014, p. 254).

Logo podemos nos ancorar no que se diz Pessina (2017) quando ela nos fala que ao homem/menino é permitido viver extrapolando as fronteiras, colocando-se sempre em prova em relação a outro homem, já a mulher/menina se diverte em casa, demonstrando as tarefas do lar, como se fosse uma obrigação somente da mulher, essas concepções foram se repetindo e com isso a mulher tomou isso para ela, como se só existisse essa possibilidade e infelizmente ainda observamos esses fatos na sociedade atual. Na pesquisa de Goellner (2008) conclui-se que:

[...] Induzem a acreditar que estas características já nascem grudadas ao sexo biológico e que são elas que determinam, em grande parte, os traços de caráter, o comportamento, as funções sociais, os espaços de pertencimento e as possibilidades de movimentação para eles e para elas (p. 184).

Dessa forma, sabemos que toda essa questão de gênero e das concepções do que é de menino e menina é uma construção social e nas práticas de lutas não é diferente, ainda de acordo com Goellner (2008, p.184)

No campo do esporte, essa marcação não se dá de forma deslocada de outras tantas presentes no cotidiano dos indivíduos e seus corpos. Os gestos, as musculaturas, as roupas, os acessórios, os suplementos alimentares, carregam consigo significados que, na nossa sociedade e no nosso tempo, estão associados ao feminino e ao masculino. Essas marcas produzem efeitos e, não raras vezes, são reclamadas para justificar a inserção, adesão e permanência de homens e mulheres em diferentes práticas corporais e esportivas.

Essas “marcas” como por exemplo uma mulher ser chamada de “maria homem” por praticar alguma luta/arte marcial é um momento que realmente marcam os indivíduos de tal maneira que impõe o lugar onde ela é bem-vinda ou não, ancorado na pesquisadora Louro (2004, p.84):

[...] por uma aliança de ouro, por um véu, pela colocação de piercing, por uma tatuagem, por uma musculação “trabalhada”, pela implantação de uma prótese... O que importa é que ela terá, além de efeitos simbólicos, expressão social e material. Ela poderá permitir que o sujeito seja reconhecido como pertencendo a determinada identidade; que seja incluído em ou excluído de determinados espaços; que seja acolhido ou recusado por um grupo; que possa (ou não) usufruir direitos; que possa (ou não) realizar determinadas funções ou ocupar determinados postos; que tenha deveres ou privilégios; que seja, em síntese, aprovado, tolerado ou rejeitado.

E conseqüentemente as “marcas” reflete também no esporte, onde a definição do que é masculino e feminino regulam a entrada das mulheres em alguns esportes ou práticas corporais de lutas, elas puderam adentrar em esportes que a maioria do público era masculino somente em meados dos séculos XVIII e XIX, no entanto aquelas práticas corporais que envolvia um nível maior de força e maior competitividade e agressividade ainda era pouco permeado por elas por se ter uma visão masculinizada dessas características.

Desde os primórdios, principalmente atrelado à supremacia masculina, a relação de gênero sempre foi favorável aos homens em virtude principalmente das características físicas que possivelmente ao longo do século desenvolveram

diversas culturas que colocavam a mulher, em segundo plano. (MOLINEIRO, 2010, p. 57).

De tal modo que quando mulheres são vistas praticando algum esporte considerado masculino como as lutas/arte marcial essa instancia hegemônica se manifesta fazendo com que as demais pessoas não consigam entender o campo gênero e acaba assim gerando aquele preconceito que mais à frente acaba adentrando na desigualdade de gêneros. Partindo do pressuposto da vertente biológica seguindo o mesmo exemplo de uma mulher praticante de algum tipo de arte marcial, palavras como “maria homem” “sapatão” “machinho” são ditas sem ao menos se entender do que se trata. Ou seja, as mulheres eram e ainda são colocadas em segundo plano e ainda tem o preconceito pela prática corporal que “não as favorece” pelas características físicas. Fazendo menção a pergunta do início do capítulo, é baseado no que se entende por gênero e sexualidade que a resposta pode ser formulada, visto que tudo é um processo de construção social e cultural, uma frase do livro “O Segundo Sexo” de Simone Beauvoir onde ela elucida “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” reafirmando que é uma construção todo esse processo.

Como já foi mencionado anteriormente as mulheres adentraram ao espaço das lutas tardiamente devido a diversos fatores, como proibição, preconceito e devido que essas práticas eram voltadas para a figura masculina (PESSINA, 2017). Logo, as mulheres tiveram que enfrentar diversos obstáculos para conseguirem serem “aceitas” e alcançar visibilidade, de acordo com Chaves (2007, p.1) “as mulheres sempre foram vistas como um ser frágil e dependente com poucas oportunidades para provar o contrário”, o que vem mudando ultimamente e as mulheres estão conquistando espaços até então vistos como improváveis, nas lutas podemos observar um aumento significativo na participação das mesmas, se referindo ao judô que foi introduzido nos jogos olímpicos em 1964 em Tóquio no entanto a visibilidade e o reconhecimento feminino nessa modalidade só foi consolidada em Pequim nas olimpíadas de 2008, quando Ketleyn Quadros ganhou a medalha de bronze, sendo a primeira mulher do país a conquistar uma medalha nas modalidades individuais, com o passar dos anos esses fatos foram aumentando e hoje temos nomes importantes no judô como Rafaela Silva, Mayra Aguiar e Sarah Menezes, além das outras práticas de lutas que contam com mulheres que conseguiram visibilidade e respeito, destacando também o marco da participação das mulheres no Ultima Fight Championship (UFC) a primeira disputa feminina na modalidade, entre Ronda Rousey e Liz Carmouche (PESSINA, 2017), sendo que

Ronda Rousey se tornou um tempo depois referência na modalidade não somente feminina pois os homens também passaram a reconhecer o seu talento.

A inserção das mulheres em diferentes modalidades de lutas vai além de uma luta delas sobre conseguir estar onde elas quiserem mas engloba também a quebra de preceitos pré-estabelecidos pela sociedade que acaba gerando preconceito.

De outro modo: não é o corpo “em si” que define a modalidade esportiva mais adequada para uma mulher nem mesmo se ela tem ou não capacidade para dirigir uma federação esportiva ou para treinar uma equipe de alto rendimento. É a discursividade construída sobre a funcionalidade do corpo e sua correlata associação aos processos de socialização que provoca e constrói tais demarcações. Somente quando dissociarmos a biologia da socialização é que seremos capazes de identificar que os corpos, os comportamentos, as masculinidades e as feminilidades são plurais. Poderemos, então, aceitar que o esporte é um local de produção de corpos generificados, não porque são generificados em sua essência, mas porque são assim construídos no interior das práticas, saberes e discursos que o integram e que estão no seu entorno (GOELLNER, 2007, p.189)

Dito isso, é notório observar que as mulheres sofrem ainda um processo de desigualdade perante aos homens não somente no âmbito das lutas, logo é necessária essa dissociação para que tenhamos uma sociedade igualitária.

4. GÊNERO E EDUCAÇÃO

Ao se tratar das questões de gênero é imprescindível adentrar no fator da educação, pois de acordo com Mariano et al (2021) “a educação das mulheres foi estruturada de forma diferenciada, voltada para a sua capacidade procriativa e as considerando como subordinadas” (p. 02) como vimos o ocorrido descrito no capítulo anterior sobre a Malala Yousafzai, anteriormente as mulheres não tinha acesso à educação de forma digna igual os homens tinham. Logo essa temática na educação só foi possível devido a pressões de alguns grupos, de acordo com Dinis (2008, p. 479):

A inclusão do debate sobre a diversidade sexual e de gênero no espaço acadêmico ocorre desde meados dos anos de 1970 e deve-se, historicamente, à pressão dos grupos feministas e dos grupos gays e lésbicos que denunciaram a exclusão de suas representações de mundo nos programas curriculares das instituições escolares

Sendo que, no Brasil pesquisas relacionadas só se aprofundou por volta de 1990 de acordo com Dinis (2008), tendo como umas das referências no assunto Guacira Lopes Louro. Logo ao falar de educação imergimos ao universo escolar, de acordo com Auad (2004) a escola é um ambiente nitidamente explícito pelas relações de gênero, no entanto algumas instituições ignoram essas relações de gênero, essa fato pode ser justificada de acordo com a pesquisadora Auad (2004, p. 01) ancorado nas perspectivas de Silva (1995) “seria a existência de uma tradição crítica em educação no Brasil, rigidamente apegada a esquemas fechados e estáticos de análise, indiferente ao reconhecimento e incorporação da importância de novos atores sociais” sendo assim tudo que foge desses “*esquemas fechados*” e que tem margens para “*novos atores sociais*” não são incluídos na área escolar.

No âmbito escolar temos uma pluralidade de identidades que constantemente são excluídas ou vistas como inadequadas, como se refere Auad (2004, p.02) “parece não se considerar o sexo dos participantes do cotidiano escolar e os significados de gênero que constituem tal cotidiano”, Louro (1997) reafirma a fala em uma das suas obras ao dizer que a escola é um ambiente que produz diferenças e desigualdades. Ainda com base na obra de Louro (1997), Auad (2004) conclui que:

A escola que a sociedade ocidental moderna herdou separa adultos de crianças, ricos de pobres e meninos de meninas. Herdamos, e agora de muitas maneiras mantemos, uma importante instância de fabricação de meninos e meninas, homens

e mulheres. O trabalho de conformação que tem início na família encontra eco e reforço na escola, a qual ensina maneiras próprias de se movimentar, de se comportar, de se expressar e, até mesmo, maneiras de 'preferir' (2004, p. 02).

Esses ensinamentos chegam para os alunos como o correto, porém de acordo com pesquisas já feitas existe a contestação e resistência por meio dos alunos, portanto a escola traz os temas transversais para o seu interior, tendo os temas: ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, estudos econômicos e orientação sexual.

[...] forçando também a escola a rever padrões normativos que produzem a sexualidade das/dos estudantes, por outro lado também não deixa de acirrar manifestações de grupos mais conservadores. Pois, em um momento histórico em que mais se fala sobre educar para a diferença, vivemos um cenário político mundial de intolerância que se repete também no espaço da vida privada, em determinada dificuldade generalizada em nos libertarmos de formas padronizadas de concebermos nossa relação com o outro (DINIS, 2008, p. 479).

Logo, o contato dos alunos com tal temática a priori é em casa com os familiares sendo os pais os principais modelos para que eles se espelhem, Szymanzki (2004, p. 7):

É na família que a criança encontra os primeiros “outros” e com eles aprende o modo humano de existir. Seu mundo adquire significado e ela começa a constituir-se como sujeito. Isto se dá na e pela troca intersubjetiva, construída na afetividade, e constitui o primeiro referencial para a sua constituição identitária.

A partir desse momento a escola adentra como intermediadora, esse debate se conforma por uma série de acontecimentos, sendo um deles o crescimento dos movimentos sociais feministas como já foi mencionado anteriormente, fazendo assim com que o MEC incluísse nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) os assuntos que abordasse a questão de gênero visto como tema transversal, na qual foi aprovado e publicado em 1997 e 1998 (JUNIOR, 2018), acrescentando que “onde menciona que tal questão está inserida em praticamente todos os assuntos trabalhados pela escola, nas diferentes áreas, visando o respeito às diferenças” (p. 3).

Dito isso adentramos em algumas políticas públicas importantes que rege a educação escolar, Bucci (1997, p.94) define “[...] política pública como um conjunto de ações ou normas de iniciativas governamentais visando à concretização de direitos”, como é o caso do Plano Nacional de Educação (PNE), é um documento que especifica quais as diretrizes, estratégias e metas para a política educacional afim de se alcançar as metas propostas, de acordo com a Lei 10.172/2001

aprovada em 2001, o PNE passa a conter alguns tópicos se referindo a gênero, de forma simplista sem abordar profundamente e ocultando sexualidade, identidade sexual e diversidade de orientação (JUNIOR, 2018).

Além do PNE, temos outros documentos que são essenciais para a educação como por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) a Base Nacional Comum Curricular (2017) e o Plano Político Pedagógico, sendo que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de acordo com Brasil “foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras” (1998, p. 6), fazendo com que a população se envolva também no meio escolar para fomentar tais debates educacionais. Com isso, buscam criar oportunidade e condições no ambiente escolar para que os alunos consigam ter contato com uma série de conhecimentos socialmente necessário para exercer a cidadania (BRASIL, 1998). Já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi aprovada em dezembro de 2017 pelo Conselho Nacional de Educação, de acordo com Galvão:

Trata-se de um documento normativo que indica objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para todos os estudantes brasileiros, e deverá nortear a construção dos currículos das escolas – públicas e privadas – para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, assim como o fazer docente (2019, p.13)

Logo, a BNCC tem um caráter progressista de conteúdos que cada ano de ensino deve seguir com o intuito do aluno desenvolver essas aprendizagens a medida em que for avançando no âmbito escolar, para nortear esse caminho temos também a Lei de Diretrizes e Base, “o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) e indica os conhecimentos e competências que se espera que todas as crianças e jovens brasileiros/as desenvolvam ao longo da escolaridade” (BNCC, 2017 apud PEREIRA, 2018, p.58).

E o Projeto político pedagógico- PPP, que de acordo com Brasil (1998, p.31), “O projeto pedagógico tem um caráter político e cultural e reflete os interesses, as aspirações, as dúvidas e as expectativas da comunidade escolar”. Sendo um documento obrigatório para as escolas é a partir dele que a escola obtém elementos essenciais para uma boa organização e para tornar o ambiente escolar um lugar para todos, com igualdade e respeito. Logo a Resolução da Secretaria de Educação

de Minas Gerais nº 4.692, de 29 de dezembro de 2021, no Capítulo II do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar, destaca:

Art. 8º - O projeto político pedagógico, que se constitui num documento formal, intencional e articulador dos processos que ocorrem na escola, é um conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam os programas, projetos e práticas pedagógicas e administrativas da escola, obedecidas as normas do sistema educacional.

§1º - Os planos e projetos de que a escola faz parte devem estar contemplados no projeto político pedagógico.

§ 2º - A escola estadual deverá avaliar seu projeto político pedagógico anualmente e atualizar periodicamente e sempre que houver alteração na oferta de nível/modalidade de ensino. (BRASIL, 2021, p.2 e 3)

Dessa forma, o PPP é um documento que engloba várias áreas da escola como a parte organizacional, pedagógicas e operacionais sendo que é por meio dele que a escola tende a desenvolver autonomia, no entanto tem de se levar em consideração alguns pontos do Projeto Político Pedagógico:

- a atitude favorável da escola para diversificar e flexibilizar o processo de ensino-aprendizagem, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos;
- a identificação das necessidades educacionais especiais para justificar a priorização de recursos e meios favoráveis à sua educação;
- a adoção de currículos abertos e propostas curriculares diversificadas, em lugar de uma concepção uniforme e homogeneizadora de currículo;
- a flexibilidade quanto à organização e ao funcionamento da escola, para atender à demanda diversificada dos alunos;
- a possibilidade de incluir professores especializados, serviços de apoio e outros, não convencionais, para favorecer o processo educacional (BRASIL PNC, 1998, p. 32).

Assim sendo, o PPP é um método para formar uma escola para todos, porém as atitudes têm que partir da escola para que todos que trabalhem na escola e toda a comunidade possa participar dessa construção, sugerindo alterações que englobe debates importantes na escola como a questão de gênero dentro das demais disciplinas em diferentes momentos, logo é considerável destacar que após a promulgação da Lei nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e da Lei 11.274/2006:

Assegurado na (re) elaboração e implementação do PPP, o respeito aos princípios do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, garantindo-se a participação da comunidade escolar na elaboração e execução do projeto pedagógico das instituições de ensino, possibilitando avanços na explicitação do Projeto Político-Pedagógico (PPP). (CAETANO; DIÓGENES, 2010, p. 2).

De tal modo que Vasconcellos (2010) também traz o conceito de PPP e o impacto que ele tem para os profissionais de educação visto que permite refletir e ressignificar suas ações no ambiente escolar, podendo concluir que o PPP:

É o plano global da instituição, este sistematizado, porém nunca finalizado, pois é entendido como um processo de Planejamento Participativo, que define as ações que se pretende realizar na instituição escolar. Como instrumento teórico-metodológico deve interferir diretamente na realidade provocando mudanças que possibilitam a organização e integração do planejamento com as atividades práticas num processo de transformação (p. 169).

De tal maneira, é importante que o planejamento esteja em consonância com a sociedade em todas as suas dificuldades e necessidades ancorado nos seus problemas, seja eles as diferenças religiosas, sexuais, culturais e de gênero (SARTORI, 2004). Assim sendo, ainda de acordo com a mesma autora “a escola, na sua função de agente transformador, deve assumir outra postura, passando a entrelaçar-se com a sociedade no todo, ou seja, essa perspectiva baseia-se em defrontar-se e ultrapassar hierarquias e desafios constantes” (2004, p. 10).

Já no PCN e logo em seguida na BNCC esse debate de gênero adentra no tópico orientação sexual, incluído nos temas transversais, essa nomenclatura também foi alvo de debates visto que o termo orientação sexual fugia do seu conceito inicial “que diz respeito às práticas sexuais homo, bi e heteroeróticas, uma nomenclatura que fora construída nas lutas sociais recente” (CÉSAR, 2009, p. 53), justificando o mal entendimento de acordo com Santos e Araújo (2008):

Para dificultar mais ainda o entendimento sobre orientação sexual, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) promoveram a difusão da expressão opção sexual indevidamente, uma vez que, como documento norteador dos currículos escolares na década de 1990, definiram como Orientação Sexual a orientação pedagógica a ser dada à sexualidade nas escolas. Por terem ampla distribuição, os PCNs difundiram uma concepção de que o que se deveria ensinar na escola era a orientação sexual. Logicamente, no imaginário da maioria, a homossexualidade só poderia estar ligada a uma opção sexual, já que a escola “orientava” a sexualidade das alunas e alunos (p.18)

Frente a esse pensamento, famílias conservadoras não concordavam com tal ensinamento, mas não era somente o assunto sobre orientação sexual que era discutido na escola, como essa temática estava inserida nos temas transversais o PCN sugere outras diretrizes, baseado em Santos e Araujo (2008) “esse material sugere orientações pedagógicas fundamentadas em uma concepção

intencional e politicamente construída de educação acerca da sexualidade, baseada na prevenção à gravidez na adolescência e às DST/HIV/Aids, somente” (p 18). A não inclusão das questões de gênero nos debates escolar pode ser justificado pelo seguinte fato:

Contudo, grupos resistentes a essa mudança de currículo acabam justificando que a abordagem mais aprofundada de discussões acerca das sexualidades e das relações entre os gêneros podem estimular a iniciação e a prática sexual por parte das/os jovens, acarretando, conseqüentemente, o aumento do número de gravidezes e de abortos, enfim, gerando-se, segundo estes, o caos. (SANTOS, ARAUJO, 2018, p. 22)

Suprimindo assim os debates mais amplo que englobe questões de gênero e sexualidade, no entanto o PNE 2011-2020 abrange algumas questões voltada para a igualdade de gênero, inserido no cenário da diversidade como um todo, sendo necessário ser trabalhada com base em sua especificidade (SILVA,2017) ou seja mesmo que tenha essa temática sendo estudada e debatida, não é exclusivamente é em conjunto com outras questões que pode ser julgada mais importante fazendo com que o debate sobre questões de gênero fique em segundo plano e foi o que aconteceu, antes se desenvolvia a igualdade de gênero juntamente com outras temáticas com algumas mudanças o PNE e “extinguiu” os assuntos sobre sexualidade e gênero, logo decidiu se abordar a estratégia 7.23 (SILVA, 2017). De acordo com a estratégia 7.23 é apresentado o seguinte:

Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade. (BRASIL, 2014, p. 21)

Diante o exposto, podemos observar que as temáticas que abordava sexualidade e gênero foi camuflado nas políticas públicas e conseqüentemente no ambiente escolar, sendo proposto apenas a temática que abrange a violência sexual. De acordo com Guacira Lopes Louro (1999, p. 25 apud SANTOS; ARAUJO 2008) “a escola junto com outras instâncias sociais, é uma entre as múltiplas instituições que exercitam uma pedagogia da sexualidade e do gênero” sendo que mesmo com a falta das temáticas nas políticas públicas essas questões permeiam o ambiente escolar, seja por meio da relação de poder dentro do âmbito escolar, seja no recreio, em conversas entre os alunos em sala de aula, entre outros diversos momentos.

4.1 Gênero e Educação Física Escolar

Ao se falar de gênero, educação e escola é importante se falar também da Educação Física Escolar visto que é por meio dessa disciplina que os alunos tendem a ter um maior contato com esses aspectos de gênero e a pensar sobre. A escola, no Brasil, é assinalada por Dos Santos et al. (2019): “como a grande responsável pelo primeiro contato dos estudantes com a prática de diferentes modalidades esportivas durante as aulas de EFE, nas quais se evidencia um espaço democrático de valiosas experiências cognitivas, motoras e sociais entre alunos” (apud MARIANO et al, 2021, p. 6).

No entanto, a Educação Física Escolar passou por diversas transformações até chegar no que se apresenta hoje, ela foi incluída como componente curricular somente em 1988, ao pararmos para refletir podemos perceber que desde o início a Educação Física está interligada ao conceito de gênero mesmo que de uma forma implícita, a primeira fase dessa disciplina de acordo com Filho (1988) contou com uma abordagem Higienista, que era administrada exclusivamente por militares, religiosos e médicos. Visando a prática de exercícios físicos para um melhor desenvolvimento da parte física e moral, atentando para a saúde e higiene da população, corroborando para a “formação de corpos dóceis, apáticos, passivos, disciplinados, indefesos, alienados, obedientes, adestrados” (SILVA, 2012, p.05), podendo aqui já observar que essa abordagem também era voltada para os homens visto que a influência militar os preparava fisicamente para servir e ajudar o país, destacando também que essa abordagem buscava uma padronização, de acordo com Arreguy (2021, p.36) “vê-se que tais objetivos buscam padronização de comportamentos morais/éticos e corporais/movimentos, desconsiderando por completo as individualidades e interesses dos alunos e também dos professores”.

Além dessa abordagem, outras foram surgindo com o passar dos tempos, de acordo com Darido (2003) várias abordagens surgem no decorrer do século XX, sendo: Desenvolvimentistas, Construtivista-Interacionista, Crítico-Superadora, Sistêmica, Psicomotricidade, Crítico-Emancipatória, Cultural, Saúde Renovada, além das propostas sugeridas pelos PCNs. Parafrazeando Arreguy (2021):

Cada uma destas, trabalha com o corpo adotando diferentes conteúdos, priorizando distintas temáticas como: esportes de rendimento, ginásticas, calistenia, psicomotricidade, dentre outras que visavam alcançar suas finalidades particulares. No entanto, mesmo demonstrando diferenças em seus objetivos e práticas, é possível perceber que na maioria destas abordagens, o corpo é

submetido a experiências que visam aprendizado, aperfeiçoamento e melhoramento, seja de habilidades sociais, cognitivas, motoras e/ou psicomotoras, sem que as temáticas relativas à gênero e sexualidades sejam trabalhadas respeitando a diversidade ou fora das ideias heteronormativas (p.36-37).

Como citado no tópico anterior a temática que adentrou nos PCNs foi referente a orientação sexual nesse sentido as questões de diversidade sexual e de desigualdade de gênero não aparece explicitamente assim como se refere na citação em que não se respeitam a diversidade presente no âmbito escolar, de acordo com Arreguy (2021) nas propostas relacionadas ao PCN o conhecimento visando o corpo é indigitado como uma das questões principais dos conteúdos, sendo assim o professor tem uma certa liberdade para tratar dessas temáticas, porém seria por conta própria e enfrentando as ideias formativas de um currículo que não abrange esses debates, ainda de acordo com o mesmo autor baseado na pesquisa de Anna Vencato et al (2018) e Rogério Junqueira (2007; 2018) “é sob um clima de ódio direcionado àqueles que por ventura se interessem em defender ideias que combatam os ideais da matriz heteronormativa que professores são desafiados a construir conhecimento junto a seus alunos” (p. 37). Em contrapartida Mariano et al (2021) parafraseando Lima (2017):

Combater o olhar preconceituoso e excludente, e oportunizar a todos alunos, independente de raça, gênero ou condição física, o acesso à diversidade cultural e educacional é dever do professor. Recordamo-nos sempre de que o ser humano é construtor de ideias e culturas, e a nossa cultura corporal é um resultado das vivências dessas diferentes culturas (p. 6).

Sendo assim, fica claro o dever do professor que mesmo sendo difícil a “missão” de abranger tais assuntos dentro do ambiente escolar, é um dever do aluno ter acesso as várias culturas e ter diversas experiências dentro da escola e ser incluído em todas e qualquer atividade proposta pelo professor (a). Dessa forma, adentramos nesse momento nos conteúdos presente dentro da Educação Física Escolar, primeiramente definindo o conceito de conteúdos de acordo com Darido (2005):

Quando nos referimos a conteúdos estamos englobando conceitos, idéias, fatos, processos, princípios, leis científicas, regras, habilidades cognoscitivas, modos de atividade, métodos de compreensão e aplicação, hábitos de estudos, de trabalho, de lazer e de convivência social, valores, convicções e atitudes (p. 2).

Logo os conteúdos que contempla o objeto direto de estudo da Educação Física são: Ginástica, dança, lutas/artes marciais, esportes, jogos e brincadeiras e atividades circenses, sendo importante seguir algumas dimensões para que faça sentido tal prática corporal sendo essas dimensões: atitudinais, longitudinais e procedimentais. Seguindo o pensamento de Darido (2005, p. 05) podemos entender como funciona essas dimensões:

Neste sentido, o papel da Educação Física ultrapassa o ensinar esporte, ginástica, dança, jogos, atividades rítmicas, expressivas e conhecimento sobre o próprio corpo para todos, em seus fundamentos e técnicas (dimensão procedimental), mas inclui também os seus valores subjacentes, ou seja, quais atitudes os alunos devem ter nas e para as atividades corporais (dimensão atitudinal). E, finalmente, busca garantir o direito do aluno de saber porque ele está realizando este ou aquele movimento, isto é, quais conceitos estão ligados àqueles procedimentos (dimensão conceitual).

Assim é importante que todas as práticas tenham e façam sentido para o aluno e para a realidade em que ele vive, trazendo nesse instante a questão de gênero novamente para o interior da Educação Física Escolar, como notamos essas questões? Podemos observar com alguma vivência própria ou até mesmo em relatos, aquele professor que divide a turma entre meninos e meninas ou aquele que dá a aula de futebol para os meninos e vôlei para as meninas. O autor Mariano (2021) traz em seu trabalho uma questão acerca dessa separação nas aulas:

É possível perceber o quanto os alunos julgam sobre as divisões que existem nas aulas práticas de educação física. As meninas reclamam por não poderem participar e os meninos justificam a não participação das meninas, por ter em mente a concepção de que elas não possuem porte físico para a prática, que são fracas, que cansam rápidas, e elas não terem a capacidade para participarem (p.06).

Essa separação “corresponde à criação e manutenção de assimetrias de gênero, diferenças que são hierarquizadas e se transformam em desigualdades” (AUAD; CORSINO; CORSINO, 2017, p. 6). Baseado em uma pesquisa feita pelos autores supracitados em uma obra de Christiane Delphy (1991), constatam que o sexo é construído pelo gênero, já que se não existisse o gênero, o sexo seria apenas um detalhe que não faria diferença assim como as demais características anatômicas do corpo humano.

Considerando essa premissa, é possível afirmar que, não fosse o gênero uma categoria construtora do sexo, pois a partir da maneira como tal categoria foi se construindo percebemos o sexo como atributo determinante, talvez não existisse a separação de meninas e meninos nas aulas de Educação Física e nas demais esferas do convívio social (AUAD. CORSINO, 2017, p. 6)

Assim sendo, se não houvesse essa construção de gênero não haveria tanta desigualdade tanto nas aulas como na vida também, no entanto essa desigualdade ainda se encontra presente no ambiente escolar, principalmente nas aulas de Educação Física quando o professor sugere jogar futebol, não somente essa prática mas uma série de outras práticas corporais, usando o futebol apenas para exemplificar, e conseqüentemente os meninos argumentam que as meninas não podem jogar porque não sabem jogar, ou seja menos habilidosas, observamos em algumas pesquisas sobre a temática que quando era “permitido” que as meninas jogassem era em posições menos privilegiadas, sendo goleiras nesse caso, já que não precisaria demonstrar habilidades com pé, como dribles, o que induz a uma exclusão das meninas nas aulas. Logo, Helena Altmann (2015 apud Andrade 2021) “ressalta que a exclusão nas aulas de Educação Física envolvendo conteúdos esportivos não diz respeito apenas ao marcador de gênero, pois outros fatores corroboram igualmente para essa questão, tais como: idade, força e habilidade” (p.55).

Podemos nos imergir também na questão das lutas/artes marciais que sendo parte da cultura corporal de movimento adentra como conteúdo da Educação Física Escolar, logo encontramos um impasse ao se trabalhar essa prática, quando ocorre a confusão e se equipara o termo luta com o termo briga e assim dificulta a aceitação dessa temática na escola, acrescentando o julgamento que as meninas sofrem ao participar da referida aula ou de praticar alguma modalidade fora da escola, de acordo com Carreiro (2008, p.120):

Dentre os conteúdos que podem ser apresentados na Educação Física Escolar, as Lutas são um dos que possivelmente encontram mais resistência, levantados geralmente os argumentos de que há falta de espaço, falta de materiais, falta de roupa adequada e, sobretudo, pela associação às questões de violência.

Acrescido também a falta de conhecimento dessa temática por parte do docente o que acaba resultando em um professor rodeado de receio, podendo confirmar pela afirmação de Matos (et al, 2015, p.125) “as Lutas estão entre os conteúdos que encontram mais dificuldades em adentrarem os muros das escolas. O seu ensino nas aulas de Educação Física está cercado de medos, receios e preconceitos”, no entanto todas essas questões que rodeiam a inserção das práticas de lutas dentro

da escola, só nos confirma a importância de se abordar essa temática tendo como objetivo desmistificar ideias pré-formadas e de oferecer aos alunos uma Educação Física de qualidade que contemple diferentes práticas corporais afim de proporcionar vivências e experiências múltiplas, importante ressaltar que não existe somente as lutas sistematizadas mas existem formas lúdicas de se trabalhar no ambiente escolar em todos os anos, de acordo com Ferreira (2006, p.05):

[...] seja na educação infantil, ensino fundamental ou médio, ressaltando-se que as lutas não são somente as técnicas sistematizadas como Caratê e Judô. O braço de ferro, o cabo de guerra, as técnicas recreativas de empurrar, de puxar, de deslocar o parceiro do local, as lutas representativas como a luta do sapo (alunos agachados, um tentando derrubar o outro), a luta do saci (alunos de mãos dadas, somente com um pé no chão, tentando provocar o desequilíbrio do parceiro, forçando o colega a tocar com o pé que estava elevado no chão), são apenas alguns exemplos de como se trabalhar as lutas de forma estimulante e desafiadora na aula de educação física.

Com aulas estimulantes diversas barreiras são quebradas, como a ideia de que é necessário material específico para se trabalhar com a temática lutas, que somente meninos podem participar, além claro de possibilitar um ambiente propício para debates sobre as questões de gênero, uma vez que ao propor determinada atividade pode se fazer questionamentos que induzem aos alunos pensar sobre a questão e até resolver situações problemas. Além de “possibilitar a análise de práticas obsoletas que tornavam a aula excludente, promover a quebra de paradigmas, excepcionalmente, quanto ao preconceito de gênero no ambiente educacional” (MARIANO, 2021, p. 07).

5. PRINCIPAIS OBSTÁCULOS IDENTIFICADOS PELAS MULHERES NA PRÁTICA DE LUTAS/ARTES MARCIAIS

A partir desse capítulo e em diante iremos abordar e dialogar com as narrativas que foram elaboradas por meio da entrevista semiestruturada, nesse contexto iremos tratar dos principais obstáculos que foram identificados pelas participantes.

Nas sociedades contemporâneas, nas quais o esporte se transformou num fenômeno midiático com um valor absoluto e quase onipresente em nossas vidas, ele é um dos palcos nos quais se desenrola uma grande parte das definições sobre o que é ser homem ou ser mulher – isto é, o esporte é uma das instituições sociais em que, inclusive por sua corporeidade, se manifestam as ideologias sobre o masculino e o feminino que estão em permanente tensão (FERRETI; KNIJNIK, 2007, p. 58)

Logo o que mais se fala quando se trata do esporte especificamente as lutas, e as mulheres é sobre o preconceito, desde os primórdios, de acordo com Silva (1994, p. 195) “os preconceitos, estereótipos e discriminações relacionados com a mulher atleta ou praticante de desporto tem precedentes desde a época da Grécia Antiga” e permeiam até os dias atuais visto que ao ser questionadas sobre os principais desafios e obstáculos identificados por elas, tendo em vista que as lutas é uma modalidade quase que exclusivas para homens, a maioria citou o preconceito e conseqüentemente o julgamento como o principal desafio, abaixo será exposto algumas respostas:

| |
|--|
| “Sempre tinha julgamentos e conseqüentemente o preconceito, as pessoas pensavam que por ser mulher a gente não tinha força, que mulher é frágil, que não aguenta esses esportes de lutas.” |
| “O principal obstáculo é que no início os homens achavam que podia tirar o direito das mulheres de praticar alguma luta/arte marcial por eles terem a visão que a luta é uma coisa feita para eles.” |
| “O obstáculo eu acho que é mais a questão do preconceito mesmo que acaba que sempre tem por sermos mulher.” |

Fonte: Própria autora

Considerando essas respostas é possível notar que, sim existe o preconceito com as mulheres praticantes de alguma luta/arte marcial, esses julgamentos relacionado as características físicas das mulheres, “mulher frágil” é uma construção histórica, que desde cedo é ensinado tanto para os homens como para as mulheres de acordo com Mead (2003, p. 269) “[...] As padronizadas

diferenças de personalidades entre os sexos são desta ordem, criações culturais às quais cada geração, masculina e feminina, é treinada a conformar-se” ou seja são padrões que são impostos ao homem e a mulher, homem não pode chorar e não brinca com boneca, já a mulher brinca de casinha, de boneca e tende a ser mais delicada, por exemplo. Mello (2002) traz que a criança é influenciada a desejar alguma brincadeira ou esporte, não tendo a opção de escolher realmente o que ela quer brincar, mas sim o que é “imposto”, nessa perspectiva o homem tem em mente que a luta “é uma coisa feita para eles”, mas com a inserção das mulheres esse pensamento vem sendo quebrado.

Ainda com base nas diferenças do masculino e feminino, várias desigualdades entre os homens e as mulheres acabam ganhando significado perante a sociedade (BORGES, 2018) e ganhando significado tem por consequência o preconceito, ancorando-se em Souza e Franco (2021, p.11) “a mulher não quer ser homem, e sim uma mulher lutando, sem perder a sua vaidade, o seu jeito de ser”, não é porque uma mulher luta que ela deixa suas características de lado ou passa a adquirir características consideradas masculinas.

Em uma das respostas é citado a “a mulher frágil”, Mello (2002) traz essa fala em um de seus trabalhos se remetendo a aulas de Educação Física e atividades físicas fora da escola onde as meninas são poupadas, seja pela atividade exigir muito esforço ou não se “adequar” a elas, obtendo assim uma capacidade de movimentos reduzidas no esporte diante desse discurso sexista, fato esse que privilegia os meninos e excluem as meninas. Além dos homens serem privilegiados nos esportes de luta, as mulheres que adentram essa prática corporal classificada para os homens são rotuladas de masculinas e ainda sofrem com o preconceito dos dois lados, tanto dos homens como das mulheres (MOURÃO, 2002), dos homens por achar que é um espaço deles e das mulheres por ir contra a feminilidade, devido que a luta exige contato físico, força, agressividade, agilidade, atributos que são conferidos para os homens, dessa forma a mulher acaba tendo que enfrentar esse preconceito e não é nem pelo fato de ser uma luta mas sim por ser mulher.

Durante a entrevista sobre essa questão obtivemos duas respostas diferentes, uma relacionada a falta de auxílio e patrocínio e a outra sobre ter mais mulheres para se treinar, temas esses que são de extrema importância serem abordados, abaixo as respostas:

“Os desafios eu acho que foi mais a falta de auxílio, patrocínio, que quando a gente ia vender rifa ou pedir ajuda para alguma empresa parecia que eles não acreditavam, uma mulher vai competir um esporte de lutas, um esporte de homem, então eles não acreditavam no resultado, no nosso potencial, tanto é que no nosso esporte o forte é o feminino, é o que traz mais medalhas, por incrível que pareça”

“Na minha academia raramente tinha mulheres pra eu treinar, eu sempre treinei com os meninos mesmo e as meninas que entram acabam saindo, porque como chega lá pra treinar e só tem menino ai tipo assim vê que não tem mulher, não tem muita motivação pra ficar. [...] eu sempre ia com minha irmã, ai quando ela teve filho ela parou de ir e eu continuei mas meio que fiquei sem uma referência então esse é um grande obstáculo porque quando a gente vai competir a gente compete mulher com mulher e homem com homem, ai você não tem uma experiência de treinar com mulher”

Fonte: Própria autora

A falta de patrocínio para as mulheres é um problema muito comum, no passado era quase impossível com o passar dos anos esse fato foi se alterando, mas ainda sim permanece a dificuldade de conseguir patrocínio para mulheres lutadoras, muita das vezes esse impasse se relaciona com a mídia e que pode ser caracterizado como uma forma de preconceito também, visto que a mesma não transmite e nem repercute as lutas femininas igual as lutas masculinas, os programas ditos femininos estão focados em assuntos que falam de beleza, culinária, decoração, moda e maternidade (BUIIONI, 1981). Alguns estudos, como o de McQuail (2003) além de afirmar que sim a representação das mulheres na mídia é inferior ao homem, ainda complementa que a mulher tem a sua apresentação erotizada, influenciando diretamente a visão que se tem do papel social da mulher e com o intuito de atrair o público masculino heterossexual. Já no trabalho de Ferreti e Knijnik eles se ancoram nos autores Mesnner, Duncan e Cooky (2003) para demonstrar como o esporte feminino é tratado em algumas instancias:

Acreditam que as filiais da ESPN que transmitem “luta livre” feminina destinam seus programas para homens heterossexuais que não consideram esporte feminino como algo que mereça respeito, e o entretenimento esportivo é tratado como voyeurismo, banalizando a mulher atleta; na luta livre pornô (wrestling porno), as “atletas” são sexualizadas e ironizadas (um entrevistador chegou a perguntar à lutadora Sable se ela podia contar até 10) (p. 63).

Além desses programas de tv, alguns filmes também erotiza a imagem da mulher como é o caso da obra cinematográfica “Mulher gato” onde se nota a sensualidade da protagonista, juntamente com a sua força sobrenatural (FERRETI; KNIJNIK, 2007), se opondo a esse filme podemos citar “Menina de Ouro” nesse exemplo a mulher já não é “erotizada”, trata-se de uma personagem que pratica boxe e passa por diversos obstáculos mas mostra a sua paixão pelo esporte, Segundo Krivochein (2005 apud FERRETI; KNIJNIK, 2007):

[...] Não há nenhum momento em que Swank [atriz do filme] é mostrada como sexy ou uma caricatura cômica, mas alguém determinada, baseada em sua paixão e ética de trabalho. O modo como a personagem cresce, tanto física quanto emocionalmente, salta aos olhos, num tipo de papel convencionalmente masculino (p. 64).

No cenário acima a uma valorização no papel da mulher dentro das lutas diferente da obra cinematográfica “Mulher gato”, com a inserção de filmes que dão visibilidade para as mulheres nesse âmbito das lutas acontece outras produções que atinge até o público infantil e permite a criação de um novo imaginário sobre as mulheres e o seu papel diante as situações, como é o caso de “Mulan”, uma produção da Disney, que conta a história de uma menina chinesa que vai contra a tradição de sua família que era casar e ser dona de casa, ela corta seu cabelo e se disfarça de homem para se alistar no exército já que não são permitidos meninas e luta contra bárbaros e vários invasores, filmes como esses são importantes para ter uma reinterpretação simbólica sobre as mulheres que lutam e que vão à luta em todos os sentidos, ainda de acordo com Souza e Franco (2021) apoiado no trabalho de Fan (2018) o filme da jovem heroína “traz várias situações as quais incomodam os homens, situações estas que podem ser rotuladas como masculinas. O filme engloba ensinamentos com base do porquê o machismo é desagradável e a importância dos gêneros” (p.15).

Diante dessas obras que hiper sexualizam as mulheres e da mídia que dá prioridade aos esportes masculinos ao invés do feminino, que eu acredito que se dá a dificuldade de patrocínio, porque são programas que a população “consomem” e por não ver com frequência esportes femininos sendo televisionados se cria o pensamento que as mulheres não são capazes de conseguir uma medalha ou de ser uma atleta ainda mais sendo uma modalidade que é considerada para homens. Como uma das entrevistadas disse que a equipe feminina é a que tem mais medalha por incrível que pareça ou seja se tivesse mais visibilidade mais pessoas saberiam e os obstáculos para se conseguir patrocínio iriam diminuir, claro que nos dias atuais já houve um avanço nesse quesito

de patrocínio e de visibilidade, mas ainda sim temos muito o que lutar ainda para conseguir uma igualdade perante aos homens.

A outra questão é referente a falta de mulheres para se treinar, que a participante citou que esse é o grande obstáculo para ela, alguns autores como Fernandes e Silva (2009) traz alguns problemas relacionado a capoeira que pode justificar esse obstáculo, eles relacionam com a capoeira mas pode abranger outras lutas, eles trazem que ainda existem problemas relacionado a participação feminina nesse âmbito pois existe muita desistência, desunião, competitividade e falta de incentivo por parte das mulheres, esses fatores pode ser uma possível justificativa para as mulheres não permanecer na prática das lutas, por exemplo se uma mulher chega em um ambiente que tem somente uma menina treinando e ela está enturmada com os demais alunos e não “acolheu” a aluna nova conseqüentemente ela irá se sentir excluída, outra possível justificativa também seria o pensamento que as mulheres iniciantes tem sobre as lutas, que as lutas proporcionam alterações no comportamento, na imagem, no corpo e na aparência podendo fazer com que elas fiquem “masculinizada” levando com que elas escolham alguma outra prática.

[...] as modificações que ocorrem no corpo e também no comportamento das mulheres, em função da prática de atividades físicas, quando se diferenciam dos padrões culturalmente aceitos como normais, parecem ameaçar não apenas a superioridade masculina no campo destas práticas, mas as representações de ser homem e ser mulher (GOELLNER, 2000, p. 91).

Além dessa visão advinda da cultura, que os demais têm sobre as lutas, de mudar a aparência e o físico da mulher, temos também o panorama que vem dos jogos de vídeo games, inúmeros jogos de lutas que possui personagens mulheres, a maioria exhibe um corpo definido, musculoso (MELLO, 2010), criando a ideia de que para praticar tal modalidade tem que aderir a essa imagem que é passada, por outro lado os jogos de luta podem servir para ressignificar também os papéis do homem e da mulher, sendo um lado positivo.

No entanto, de acordo com as respostas obtidas e com a imersão no assunto é possível notar que todas falam sobre o preconceito, algumas não explicitamente, mas ao adentrar na temática é notório que o ele está presente. E não está presente apenas em quem está de fora do ambiente das artes marciais, as mulheres mesmo ao desistir por exemplo de praticar porque acha que vai adquirir características masculinas é um tipo de preconceito. Desse modo, Souza e Franco (2021), em um dos seus artigos falam sobre 5 tipos de preconceitos, distinção de gêneros, cultura da feminilidade,

as mídias, exploração da erotização da mulher e a exclusão da mesma, podendo exemplificar os tipos de preconceitos que aqui foram abordados.

5.1 Situações vivenciadas por mulheres como praticante de lutas/artes marciais

Nesse subcapítulo será abordado duas perguntas pela proximidade temática que obtemos nas respostas, de modo que aos poucos vamos destrinchando as respostas para que consigamos abordar mais profundamente cada ponto considerado importante. De acordo com o título a primeira pergunta foi relacionada sobre as situações vivenciadas no interior das lutas pelo fato de ser mulher, pois como vimos no capítulo anterior as mulheres praticantes dessa prática corporal enfrentam diversos tipos de preconceito, mas será que quem já está inserido no âmbito das lutas acham normal as mulheres estarem presente nesse ambiente? Abaixo vamos observar as respostas que obtivemos diante dessa questão

“Quando eu comecei a dar aula de capoeira para crianças entre 7 e 12 anos, eu era a única mulher, no momento em que eu cheguei no local e os meninos me viram, de dez apenas dois quiserem treinar os demais alegaram que por ser mulher eles não queriam por achar que eu não sabia tanto quanto um professor homem, mas eles continuaram a assistir enquanto os dois que estava fazendo aula treinava e observando eles perceberam que não mudava nada o fato de ser mulher ou homem dando aula e nas aulas seguintes todos já estavam participando.”

“Não tive que enfrentar nenhuma situação no interior das lutas pelo fato de ser mulher, não sei se os meus colegas de treino pensavam, mas nunca me falaram nada nem me julgaram.”

“Meus colegas de treino tinham que pegar mais leve comigo porque eu sempre fui “a peso leve” da equipe, então eles não podiam treinar forte como se fosse com outros homens, mas eu não rebaixava não, tentava treinar de igual para igual com eles, mas era uma questão de cuidado para não machucar.”

“Já ouvi de amigos homens que praticam capoeira, mas que não treinam junto comigo, mas que ficava me questionando por eu treinar a tanto tempo e não conseguir virar mortal, que tal pessoa (homem) treina a menos tempo que eu e já vira mortal. Eu considero isso preconceito, que ele

achava que eu não conseguia virar mortal porque não tinha força suficiente por ser mulher, mas nunca ouvi isso de ninguém que não praticasse algum tipo de luta.”

“Eu sempre fui muito bem recebida nos lugares que eu treinei, nunca passei por nada assim, o que sempre acontecia no treino era que na hora das lutas (handori) os meninos pra lutar comigo tinha que ser os mais fracos, meio que eles não botava fé mas o judô feminino é muito forte, eu acredito que não tenha tantas situações mais assim porque a gente sabe que o judô feminino é muito forte aqui no Brasil ai os caras meio que idolatra isso. ”

Fonte: Própria autora

Ao focar na primeira argumentação, observamos que a maior parte dos alunos ao presenciar uma mulher como professora em uma modalidade de luta, recusaram participar pois na visão deles ela não sabia o suficiente para dar aula por ser mulher, essa repercussão é dada por um motivo a qual já foi falado anteriormente relacionado a mídia e a representatividade, como eles não viam mulheres dando aula de capoeira houve uma resistência de início, mas ao observar eles concluíram que sendo professor ou professora não influenciava em absolutamente em nada no treino, importante ressaltar que alguns autores traz a percepção que os homens criam essa resistência por medo que as mulheres ocupem o lugar “deles” e acabam não aceitando a participação das mulheres nas lutas (ADELMAN, 2006). Considerando a mulher como uma invasora, partindo do pressuposto que o homem tem o seu papel e a mulher tem o dela, vistos como opostos e com características opostas. Já na fala “o judô feminino é muito forte aqui no Brasil ai os caras meio que idolatra isso” notamos que a uma evolução e que no Judô já se tem uma maior visibilidade pela mídia e pelos telespectadores masculinos, essa maior visibilidade é um caminho para diminuir o preconceito com as mulheres e incentivar outras a participarem das diversas modalidades.

O fato descrito acima pode se enquadrar em outras respostas também, primeiro na resposta em que a participante relata que considera preconceito pelo fato dela ser mulher e não ter força para virar um mortal e também na fala da integrante que diz a respeito do handori, em que os meninos mais fracos eram quem lutava com ela, além do preconceito estrutural exposto é relatado que os julgamentos ocorriam de homens que também praticava a mesma modalidade, ou seja como se eles a enxergasse como adversárias que a julgando e criticando a atingiria e eles voltariam a ter um espaço somente masculino, em relação ao aspecto físico podemos citar Louro (199) “aparentemente, o corpo é inequívoco, evidente por si; em consequência, esperamos que o corpo dite a identidade, sem ambiguidades nem inconstâncias” (p. 14)

Contrapondo o que foi dito temos o depoimento da integrante que relata o cuidado dos colegas de treino, que diferente do que as demais relataram eles não a julgava por ser mais leve e sim a respeitavam, os princípios das lutas são basicamente esses a disciplina e o respeito com o seu adversário, colegas de treino e a si mesmo (BERTÉ, 2016). A autora citada anteriormente ainda coloca uma outra vertente, que não foi citado na entrevista, mas é importante ressaltar:

Quando a relação hierárquica se mantém tal como o esperado socialmente, ou seja, o homem deve “pegar leve” para não machucar a mulher, parece não haver conflitos nos treinos mistos. No entanto, quando a mulher se mostra superior ao homem em termos técnicos e leva vantagem em uma disputa, os homens se sentem incomodados (p.100).

Logo, a segunda pergunta que será abordada é referente as situações vivenciadas como praticante de lutas/arte marciais no círculo social mais amplo, ou seja, a primeira pergunta foi situações vivenciadas no treino, por exemplo, já aqui são situações que envolvem família, amigos, entre outros. Logo de início destaco que o apoio de pessoas próximas faz muita diferença para a pessoa praticante, é como uma motivação, em um trabalho realizado por Massa, Uezu e Böhme (2010) eles destacam um estudo realizado em Israel:

Um estudo retrospectivo realizado em Israel por Lidor e Lavyan (2002), com atletas de elite provenientes de 21 modalidades esportivas e entre elas o Judô, verificou que a família (48%), os amigos (13%) e os professores de educação física (11%) foram fundamentais para o envolvimento da criança com a modalidade (p.472).

Diante da citação é notório ver a influência que a família, os amigos e os professores de Educação Física tem sobre a criança e também sobre o jovem, nesse caso a influência foi para participar de alguma modalidade mas pode acontecer ao contrário e a família desmotivar a pessoa a participar de uma modalidade. A maioria das respostas obtidas nessa pergunta foram positivas, declarando que a família e os amigos sempre apoiaram “meus pais sempre me apoiaram muito, meu pai e minha mãe sempre gostou que eu lutasse, minha mãe inclusive quando eu era mais nova e competia muito ela me acompanhava em todas as viagens que eu fazia” (Participante 5), e foi perceptível a felicidade que a entrevistada esboçou ao descrever tal situação, no entanto ainda de acordo com a mesma foi lembrado um episódio que aconteceu com o avô dela:

“Ele odiava que eu fizesse judô, falava assim que isso não era coisa de mulher, que eu tinha que estudar, e não tinha nada a ver com nada né o estudo com o esporte, mas ele nunca gostou que eu fizesse e ficava falando isso, até no dia que eu quebrei meu braço, a hora que eu cheguei lá e ele viu ai pronto. ”

Fonte: Própria autora

Nessa situação observamos uma situação na qual já nos referimos anteriormente relacionado ao preconceito e um ponto diferente no qual ainda não foi mencionado referente a preocupação da família com possíveis lesões, fraturas e machucados causado pela prática daquela modalidade, especialmente no judô que é o caso da integrante, o judô tem muitas projeções e quedas, pode acontecer alguma intercorrência nesse “percurso” e resultar em lesões, na literatura foi possível encontrar alguns trabalhos falando sobre essa questão da preocupação da família, que por praticar uma luta as chances de se machucar é maior.

Em um artigo escrito por Berté (2016) ela expõe a trajetória de algumas lutadoras de boxe e a relação da família, inúmeras lutadoras declaram que a preocupação maior é por lutar com homens e por considerar as modalidades de lutas como algo agressivo ou seja não deixa de ser uma preocupação pertinente porém é algo a se enfrentar e mostrar que a luta não é agressiva, é um esporte como qualquer outro e assim como nos outros esportes acontecem incidentes e na luta não é diferente, a praticante de taekwondo que participou do nosso trabalho relatou que a mãe dela também se preocupava, porém no caso dela era por ser só ela de mulher juntamente com o treinador e os colegas de treino “nossa só você de mulher ” “ vai ficar viajando no meio só de homem”, fala essas que a própria participante caracterizou como preconceito mas que depois segundo ela esse pensamento foi mudando de acordo com que as viagens foram ficando mais frequente e que ela percebia que não alterava nada.

Essa mesma atleta de taekwondo apresentou uma outra situação:

“Teve um caso também de uma prima minha, eu era mais nova e ela falava que eu tinha que ficar postando foto mais arrumada porque eu postava muitas fotos de campeonato, eu junto com mais colegas fazendo posição de luta com os punhos serrados e ela dizia que eu tinha que postar fotos mais femininas ali já percebia só porque eu pratico esporte que a maioria são homens ai gera um preconceito”

Fonte: Própria autora

Esse comentário preconceituoso reafirma a visão que a sociedade vem a ter da mulher praticante de lutas, da mulher masculinizada, ela estava sendo julgada por uma simples foto fazendo um “gesto” que geralmente no UFC (Ultimate Fighting Championship) os atletas tanto homem como mulher, fazem antes de adentrar no combate, eles se encaram e muitos fazem essa pose com o punho serrado, Louro (1999) afirma que ““as instituições e os indivíduos, precisam desse “outro”. Precisam da identidade “subjugada” para se afirmar e para se definir, pois sua afirmação se dá na medida em que a contrariam e a rejeitam” (p. 31) de tal forma o julgamento pode servir para mostrar para a lutadora que isso não faz sentido, independente do que falam ela continua feminina, continua mulher e não será ser uma foto que irá mudar isso.

Para finalizar, a última descrição de situação referente a capoeira:

“Na minha família todo mundo achava que a capoeira é macumba então enfrentei esse preconceito, mas de acordo com que eles foram conhecendo a capoeira como esporte esse preconceito deixou de existir.”

Fonte: Própria autora

De acordo com o exposto fica nítido que ocorreu o que chamamos de intolerância religiosa, por falta de conhecimento da modalidade, infelizmente isso acontece muito, relacionam a capoeira com religiões de matriz africana, como por exemplo o candomblé e umbanda (PEREIRA,219). Uma breve explicação sobre, de acordo com Amaral e Silva (2006):

Candomblé e capoeira tiveram uma origem comum no período da escravidão e até hoje se pode identificar em ambos elementos comuns que os aproximam. A capoeira é uma luta, também considerada um jogo, que embora não tenha um caráter propriamente religioso apresenta referências ao candomblé e à umbanda. Evidentemente, para ser um capoeirista não é necessário ser “do santo”, embora muitos o sejam e a capoeira, como sistema, compartilhe traços estruturais que revelam sua ligação com essas religiões. A mais evidente é a referência explícita aos orixás (seus nomes, cores e atributos) nas cantigas e nos nomes de alguns capoeiristas, como, por exemplo, Camafeu de Oxossi. Outra referência é a presença de três berimbaus acompanhados por atabaque, agogô, pandeiro e caxixi. Os berimbaus, como os três atabaques do candomblé, são considerados seres vivos, sagrados, e a eles se pede a bênção antes de começar o jogo (p. 120).

Nesse sentido, a capoeira possui “redes de diálogos” com as religiões de matriz africana, mas isso não torna a capoeira uma religião, ela traz consigo uma história como qualquer outro

esporte e assim como a participante descreveu é importante saber sobre o esporte em si, suas raízes para esse “preconceito” deixar de existir.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os primórdios as mulheres enfrentam diversas lutas para conseguir seus direitos como cidadã e como mulher e no âmbito das lutas/artes marciais esse cenário como vimos não foi e nem é diferente, mas se comparado ao que era já progredimos bastante, mas ainda existe preconceito e barreiras a serem “nocauteadas”. Dado que o objetivo principal era refletir sobre a desigualdade de gênero no interior das práticas corporais de lutas e identificar os obstáculos podemos dizer que os maiores obstáculos estão relacionados com o preconceito, no qual foi abordado diversos tipos sendo eles: distinção de gêneros, cultura da feminilidade, as mídias, exploração da erotização da mulher e a exclusão da mesma. Todos esses obstáculos vêm de uma cultura que está enraizada na sociedade, não só no âmbito das lutas, mas no trabalho, em casa, nas empresas, na universidade, diversos lugares onde as mulheres têm que se reafirmar para outras pessoas diversas vezes.

De acordo com Connell “[...] o gênero é, nos mais amplos termos, a forma pela qual as capacidades reprodutivas e as diferenças sexuais dos corpos humanos são trazidos para a prática social e tornadas parte do processo histórico”(1995, p.189) dessa forma é interessante o quanto as questões de gênero que rodeiam esse trabalho se mostram em constante construção, “assim, um meio no qual os corpos são usados, transformados e suados, é “perfeito” para que as diferentes concepções de gênero aflorem e mesmo se debatam entre si” (FERRETI; KNIJNIK, 2007, p.20).

Dito isso, as mulheres que participaram desse trabalho responderam uma última pergunta relacionada a como podemos mitigar essas barreiras que foram encontradas, e como elas não foram a primeira e nem vão ser as últimas que passaram por isso, irei usar esse espaço para estar expondo essas respostas e conseqüentemente concluindo esse trabalho:

“Acredito que a mulher não pode ter vergonha de praticar tal modalidade pelo simples fato do que falam dela que ela tem que ir e mostrar o contrário, só assim as pessoas vão deixar de julgar. ”

“Sempre está buscando participar de eventos públicos, como aqui em Lavras dia de domingo a gente já esteve presente diversas vezes jogando capoeira na praça e convidando as pessoas para conhecer, isso faz com que elas vejam que as lutas no geral não são só para homens, mas sim para todos. E para nós mulheres é não desistir fazendo com que cada vez mais conseguimos estar

presente nesses ambientes internos das lutas, como campeonatos, exames de graduação, por exemplo”

“A mulher ela tem que se impor mesmo, se ela gosta de praticar artes marciais tem que deixar o preconceito de lado e mostrar que nós mulheres também podemos praticar o esporte e que a gente as vezes chega até a ser superior ao desempenho dos homens, que tem muitas mulheres que dão um show e levam até mais a sério o esporte do que os homens. ”

“Eu acho que pelo fato da gente já praticar o esporte, a gente incentivar, principalmente pelas redes sociais que é um lugar que tem muito alcance aí podemos sempre estar postando sobre, chamando amigas, conhecidas, para cada vez mais ir evoluindo a equipe feminina”

“Então essa questão de gênero nas lutas acho que isso é muito estrutural, seria uma estrutura muito grande pra ter um caminho pra acabar, mas é claro que tem muitas formas da gente chegar lá né então primeiro que tem que ter muita informação porque a gente tem mulheres incríveis que são as melhores no mundo em muitas lutas e mal são faladas, mal são reconhecidas, nas olimpíadas mesmo teve medalha olímpica pro judô feminino e não é muito falado, é mais referenciado o futebol por exemplo que é o masculino, e quando é de uma lutadora mulher e tal nunca é falado, então tem que ter muita informação pra ter valorização e também que as mulheres se unem pra isso né porque é um espaço que também é nosso tipo não tem diferença entre um homem e uma mulher em uma luta, a diferença é só o sexo agora de resto não tem diferença nenhuma, eu sempre treinei com meninos e como eu já disse é muito difícil ter mulheres na academia porque elas não param , e normalmente a mulher que treina já treina a muito tempo/, mas pra entrar é muito difícil, porque quando você é mulher e chega em um lugar e não vê mulher você já não quer ficar então é isso, os caminhos são esses as mulheres se unirem e também ter mais informação pra valorizar mais as mulheres nesse âmbito de artes marciais/lutas”.

Fonte: Própria autora

A mulher historicamente se apresenta indo contra as barreiras sociais de suas realidades e deixando em evidencia a sua capacidade física e destreza (SOUZA; FRANCO, 2021), que isso possa continuar acontecendo e que conseguimos cada vez mais ocupar espaços que merecemos, para assim continuarmos vendo o empoderamento feminino, ainda de acordo com os mesmos autores “não para ser mais que o homem. Apenas ter direitos e prerrogativas iguais” (p.18).

É importante ressaltar que outros estudos deem continuidade a esse e possa atualizar o cenário de lutas e conquistas das mulheres visto que a cultura está em constante mudança. É

relevante frisar que esse trabalho não é um “ippon” e sim um “wazari”, no judô quando conseguimos o ippon alcançamos a pontuação máxima e a luta se dá por encerrada, já o wazari a luta continua na intenção de conseguirmos um ippon mas caso a luta acabe somente com o wzzari o/a judoca ganha, então com inúmeros avanços de representatividade e espaços ocupados pela mulher, concluímos que ganhamos a luta mas continuamos em busca do ippon.

REFERÊNCIAS

_____. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004 <<http://www.editorafontoura.com.br/periodico/vol-9/Vol9n2-2010/Vol9n2-2010-pag-157a162/Vol9n2-2010-pag-157a162.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2022. 261.

ADELMAN, Miriam. Mulheres no Esporte: Corporalidades e Subjetividades, 2006.

AMARAL, R; SILVA, V. G.. **Religiões Afro-brasileiras e cultura nacional**: uma etnografia em hipermídia. Caderno Pós Ciências Sociais (UFMA), São Luís, v. 3, nº 6, jul./dez. 2006, p. 107-130.

ANDRADE, L. de A. **Educação física, gênero e futebol de meninas em uma escola pública de Lavras-MG**: de pouquinho em pouquinho a gente vai conquistando. 2021. 123 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2021.

ARREGUY, Inês Vasconcelos. e sexualidade na educação física escolar: apresentações nas produções científicas do período de 2015 a 2019. 2021. 76 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 202.

AUAD, Daniela. Relações de gênero nas práticas escolares e a construção de um projeto de co-educação. **REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO**, v. 27, 2004.

AUAD, Daniela; CORSINO, Luciano. **O professor diante das relações de gênero na educação física escolar**. Cortez Editora, 2017.

BEAUVOIR, S. de. O segundo sexo: experiência vivida. Tradução Sérgio Milliet. 2.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BERTÉ, Isabela Lisboa. Mulheres no universo cultural do boxe: as questões de gênero que atravessam a inserção e a permanência de atletas no Pugilismo (2003-2016). 2016.

BORGES, Rafaela Oliveira; BORGES, Zulmira Newlands. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018.

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. 2ª edição. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, Edição Extra, p. 1., - 26 jun. 2014. Disponível em: . Acesso em: 31 jul. 2022.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros curriculares nacionais: educação física. MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Governo Do Estado de Minas Gerais. Resolução SEE Nº 4.692, DE 29 de dezembro de 2021. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. Belo Horizonte, BH. 2021. Disponível em: . Acesso em: 25 jan. 2022.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Direito administrativo e políticas públicas. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 34, n. 133, p. 89-98, jan./mar. 1997. Disponível em: <http://ftp.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/politicas_publicas_e_direito_administrativo.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira** . São Paulo: Edições Loyola, 1981.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos pagu**, p. 249-274, 2014.

CAETANO, Laudicéia Viane Calvalcante; DIÓGENES, Elione M. N. Projeto político-pedagógico: diálogos inter cruzados entre Veiga e Vasconcellos. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM ALAGOAS – EPEAL, 5., Maceió, 2010. Anais... Maceió: UFAL, 2010. Disponível em: <<http://dmd2.webfactional.com/media/anais/PROJETO-POLITICO-PEDAGOGICO-DIALOGOS-INTERCRUZADOS-ENTRE-VEIGA-E-VASCONCELLOS.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2022.

CARVALHO, Maria E. P. de. Inclusão da perspectiva de gênero na educação e na formação docente. In: TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins; DUMONT, Adilson (org.). **Discutindo relações de gênero na escola**: reflexões e propostas para a ação docente. Araraquara: Junqueira e Martins, 2009, p. 13-44.

CARREIRO, E. Lutas. In: DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. p. 244-261.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Papirus Editora, 1988.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Lugar de sexo é na escola? Sexo, sexualidade e educação sexual. **Sexualidade. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual**. Curitiba: SEED, p. 49-59, 2009.

CHAVES, Alex, S. **O futebol feminino: uma história de luta pelo reconhecimento social**. Disponível em: < <https://efdesportes.com> > Revista digital Buenos Aires, ano 12-nº 111, ago 2007.

COI. **Pierre de Coubertin - Olympism**: selected writings. International Olympic Committee, COLLING, Ana Maria; TEDESCHI. Losandro Antônio. (Org.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados-MS: 2ªEd. UFGD, 2019. 752p.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. 2018.

CONNELL, R. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.185-206, 1995.

CORREIA, Walter Roberto; FRANCHINI, Emerson. Produção acadêmica em lutas, artes marciais e esportes de combate. **Motriz. Journal of Physical Education. UNESP**, p. 01-09, 2010.

DA SILVA, Gisele Passeri. Histórico da mulher no judô preconceitos, estereótipos e discriminações. **Motrivivência**, n. 5, p. 195-207, 1994.

DA SILVA, Maria José. QUESTÕES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL NO CURRÍCULO, A PARTIR DA BNCC. 2017.

DARIDO, Suraya Cristina. Os conteúdos da educação física na escola. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan**, p. 64-79, 2005.

DE MOURA, Daniele Liasch; OLIVEIRA, Thiago Augusto. LUTAS, ESPORTES DE COMBATE E ARTES MARCIAIS-VIVÊNCIA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR. **Revista KNESIS: Pesquisa Básica Aplicada em Educação Faculdades Network–Revista da Faculdade de Educação Física ISSN 2316-3917**, p. 20.

DE OLIVEIRA, Ariela Beatriz Alves; DE LIRA RIBEIRO, Thaianne Cristine; SIQUEIRA, Thomaz Décio Abdalla. A INCLUSÃO SOCIAL E EDUCACIONAL DE MULHERES NAS ARTES MARCIAIS. **BIUS-Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia**, v. 9, n. 1, p. 58-66, 2018.

DE SOUZA, Juliana; FRANCO, Laércio Claro Pereira. As resistências culturais enfrentadas pela mulher no âmbito das modalidades de lutas. **Motrivivência**, v. 33, n. 64, p. 1-22, 2021.

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educação & Sociedade**, v. 29, p. 477-492, 2008.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa**, p. 139-154, 2002.

FERRAZ, Simone; ALMEIDA, MAB de. A inserção da mulher na arte marcial: o caso do kung fu. **Lecturas, Educación Física y Deporte, Revista Digital, Buenos Aires**, v. 15, n. 166, 2012.

FERREIRA, Heraldo Simões. As lutas na educação física escolar. **Revista de Educação Física/Journal of Physical Education**, v. 75, n. 135, 2006.

FERRETTI, Marco Antonio de Carvalho; KNIJNIK, Jorge Dorfman. Mulheres podem praticar lutas? Um estudo sobre as representações sociais de lutadoras universitárias. **Movimento (Porto Alegre)**, p. 57-80, 2007.

FIRMINO, Carolina Bortoleto; DE SOUZA VENTURA, Mauro. A evolução histórica da participação feminina nos Jogos Olímpicos da Era Moderna e a inclusão das mulheres no esporte de competição. **Triade: Comunicação, Cultura e Mídia**, v. 5, n. 10, 2017.

GALVÃO, Érica Raiane de Santana. **Um estudo sobre a BNCC, no que tange ao processo de apropriação do sistema de escrita: concepção, objetivos de ensino e objetos de aprendizagem**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Brasil.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Teoria fundamentada: nova perspectiva à pesquisa exploratória. 2007.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOELLNER, S. V. FEMINISMOS, MULHERES E ESPORTES: QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS SOBRE O FAZER HISTORIOGRÁFICO. **Movimento**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 173–196, 2008. DOI: 10.22456/1982-8918.3554. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/3554>. Acesso em: 3 ago. 2022.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na. **Revista Educação Physica. Ijuí: Unijuí**, 2003. Lousanne, 2000.

GONSALVES, E. P. Iniciação à pesquisa científica. Campinas, SP> Alinea, 2001.

JUNIOR, Paulo Roberto Souza. A questão de gênero, sexualidade e orientação sexual na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o movimento LGBTQIIS. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito, Salvador**, v. 4, n. 1, p. 1-21, 2018.

LIMA, Maria Alice Dias da Silva; ALMEIDA, Maria Cecília Puntel de; LIMA, Cristiane Cauduro. A utilização da observação participante e da entrevista semi-estruturada na pesquisa de enfermagem. **Revista gaúcha de enfermagem. Porto Alegre. Vol. 20, n. especial (1999), p. 130-142**, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Digital Source, 2000.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2019.

MARIANO, Eder Rodrigo et al. Elas podem se machucar: As Lutas no combate ao preconceito de gênero na Educação Física Escolar. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. e4410312946-e4410312946, 2021.

MATOS, J. A. B. de, HIRAMA, L. K., GALATTI, L. R., & MONTAGNER, P. C. (2015). A presença/ausência do conteúdo lutas na educação física escolar: identificando desafios e propondo sugestões. **Conexões**, 13(2), 117–135.

MASSA, Marcelo; UEZU, Rudney; BÖHME, Maria Tereza Silveira. Judocas olímpicos brasileiros: fatores de apoio psicossocial para o desenvolvimento do talento esportivo. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 24, p. 471-481, 2010.

MAZZONI, Alexandre V.; DE OLIVEIRA JUNIOR, Jorge Luiz. Lutas: da pré-história à pós-modernidade.

MCQUAIL, Denis. Teoria da comunicação de massas . Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

Mead, M. *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MELLO, K. **Orígen y Evolución de la Capoeira**. Aspectos socioeducativos de su práctica en la actualidad. Tese Doutoral (Departamento de Ciencias de la Actividad Física y Deportiva). León, España, 2010.

MELLO L. M. **Meninos e meninas como reféns de uma sociedade sexista** . Revista Motricidade. Nº 2 –Rio de Janeiro: 2002. Disponível em: <http://www.castelobranco.br/prppg/revista/artigo.htm> . Acesso em: 06 out. 2022

MOLINERO, Miriam; STILBEN, Cristina; TELLES, Silvio. WOMEN & MUAY THAI: A REPORT OF ONE OF THE PIONEERS OF RIO DE JANEIRO. 2010.

MOURÃO, L. Vozes femininas e o Esporte Olímpico no Brasil. In: TURINO, M.;DACOSTA, L. (org.). **Coletânea de textos em estudos olímpicos**. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2002. v. 1, p.831-849.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração, São Paulo**, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo HL; TUBINO, Manoel JG. A inserção histórica da mulher no esporte. **Rev. bras. ciênc. mov**, p. 117-125, 2008.

PEREIRA, Álex Sousa. **Livro-experiência para o ensino-aprendizagem das lutas na educação física do ensino fundamental e ensino médio. 2018. 291**. 2018. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação). Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.

PEREIRA, Vinícius Oliveira. A Capoeira e a escola: um olhar etnográfico. *Periferia*, v. 11, n. 1, p. 279-303, 2019.

PESSINA, Julia Elias. *Gênero no Muay Thai: uma luta dentro das Artes Marciais*. 2017.

RAMOS, J. J. **Os exercícios físicos na história e na arte**. São Paulo: Ibrasa, 1982.

RUBIO, Katia; SIMOES, Antonio Carlos. De espectadores a protagonistas: a conquista do espaço esportivo pelas mulheres. **Movimento**, Porto Alegre, v. 5, n. 11, 1999.

- RUFINO, Luiz Gustavo Bonatto. A prática pedagógica das lutas nas academias de ginástica. 2010.
- Sartori, E. (2004). **REFLEXÕES SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO, FAMÍLIA E TRABALHO DA MULHER: DESIGUALDADES, AVANÇOS E IMPASSES.** *Cadernos CERU*, 15, 171-184.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, v. 20, n. 2, 1995.
- SCOTT, Joan W. **Experiência.** In: SILVA, Alcione leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza.
- SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L.; COOK, S. **Métodos de pesquisa nas relações sociais: delineamentos de pesquisa.** São Paulo: E.P.U., 1987.
- Sexualidade / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. – Curitiba : SEED – Pr., 2009. - 216 p.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Territórios contestados: O currículo e os novos mapas políticos e culturais.** Porto Alegre. Vozes, 1995.
- SILVA, Alan Camargo. **Reflexões historiográficas sobre a Educação Física militarista.** EFDportes. Buenos Aires, v. 17, n. 172, 2012.
- DA SILVA, Manuela Ramos; DE SOUZA BARBOSA, Marcos Antônio; LIMA, Lucas Gabriel Bezerra. Usos e possibilidades metodológicas para os estudos qualitativos em Administração: explorando a análise temática. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 14, n. 1, p. 111-123, 2020.
- SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. **Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 33-44,** 2009.
- Szymanski. H. **A relação família/escola: desafios e perspectivas.** Brasília, Plano Editora, 2003.
- VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento. Projeto de Ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. 21. ed. São Paulo: Lebertad, 2010.
- YOUSAFZAI, Malala. **Eu sou Malala: a história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo Talibã** . Editora Companhia das Letras, 2013.
- ZUCATTO, Luis Carlos; DE FREITAS, Rodrigo Uszacki Carvalho; MARZZONI, David Nogueira Silva. Pesquisa básica e pesquisa aplicada: uma análise a partir da produção científica sobre COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, p. e63791110179-e63791110179, 2020.